



ABRIGO

[identidade e lugar]



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS
ARQUITETURA E URBANISMO
HUGO CESAR VILELA FREIRE



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A B R I G O [identidade e lugar]

Varginha - MG
2018

HUGO CESAR VILELA FREIRE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A B R I G O [identidade e lugar]

Trabalho apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sul de Minas como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel sob a orientação da Prof.^a Ms. Daniella Coli Chagas.

Varginha - MG

2018

Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes que estão passando ou passaram por alguma situação de vulnerabilidade, em especial aos acolhidos da Casa Lar de Carmo da Cachoeira.



AGRADECIMENTOS

Agradeço a Ele, pelas oportunidades providas em minha vida, as quais me tornaram a pessoa que sou hoje. Gratidão aos meus pais Jaqueline Carla Gouvea Vilela e João Evangelista Freire por todo amor, dedicação e apoio. Vocês sempre fizeram o possível e o impossível por mim. Tenho uma enorme admiração por vocês. Obrigado por estarmos juntos nas conquistas e nas perdas dessa maior caminhada de aprendizado que é a Vida. A Maria Tereza Reis Villela, figura ilustre de Carmo da Cachoeira que foi a fiadora deste projeto. Aos familiares e amigos pelo apoio, carinho e companheirismo não somente nessa etapa da minha vida, mas como em todas as outras. Agradeço Brenno Cairo por se tornar o melhor parceiro, dentro e fora da vida acadêmica. Obrigado pela paciência, pelo comprometimento, pelas horas não dormidas e discussões de projeto, e pela motivação diária de me tornar um profissional tão bom quanto você. Aos professores do curso de Arquitetura e Urbanismo, por terem compartilhado comigo conhecimento adquirido em anos de experiência, no intuito de fazer com que eu seja um excelente arquiteto. Em especial à Luciana Bracarense por ser um espelho de profissional e Daniella Coli, por ter me dado à oportunidade de aprender mais sendo minha orientadora neste trabalho extremamente importante em minha vida. Aos colegas de curso pela dinâmica e aprendizado conquistados durante esses cinco anos. Em especial ao Bruno Vitor, Giordany Pedroso, Izis Belato, Lara Souza e Poliana Diniz. Por fim, agradeço aos funcionários da Assistência Social e da Prefeitura Municipal de Carmo da Cachoeira por terem colaborado com informações para o desenvolvimento deste trabalho.

“Tem milhões de vozes
Todo mundo a comentar
Um milhão de vezes
Ninguém tenta escutar [...]”

Silva.



RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresenta um projeto arquitetônico de um abrigo institucional infanto-juvenil. A entidade será projetada para a cidade de Carmo da Cachoeira/MG. O intuito foi que os espaços favorecessem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças e adolescentes. A metodologia foi composta por revisão bibliográfica, estudos de caso e visita de campo. A compatibilização dos princípios teóricos com as práticas averiguadas, será feita através do projeto arquitetônico a ser desenvolvido na etapa II do referente trabalho. Fatores como o atendimento massificado, assistencialista e autoritário às crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, como também a negligência pública quanto às necessidades básicas infanto-juvenis, contribuíram na construção de um amplo debate após a década de 80, sobre os direitos da população. Assim em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi promulgado no Brasil, abrangendo além dos direitos a elas conferido, diretrizes quanto ao funcionamento das instituições de acolhimento. A criação do ECA determinou importantes mudanças no cenário da temática. O Estatuto enfatiza que as instituições de acolhimento devem privilegiar a reintegração da criança e do adolescente na vida familiar e comunitária. No entanto, estudos têm ressaltado as dificuldades de implantação prática das disposições normativas e legislatórias, pois os atendimentos atuais repetem paradigmas de antigos orfanatos e asilos. Quando o ambiente institucional não facilita o estabelecimento de vínculos afetivos, não atende as crianças e adolescentes em relação as suas demandas de proteção, segurança e cuidado, nota-se um prejuízo no desenvolvimento psicológico dos mesmos.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes. Acolhimento. Abrigo Institucional.

ABSTRACT

This Course Completion Work (CBT) presents an architectural project of an institutional shelter for children and youth. The entity will be designed for the city of Carmo da Cachoeira/MG. The intention was that spaces favor the cognitive, emotional and social development of children and adolescents. The methodology was composed by bibliographical review, case studies and field visit. The compatibility of the theoretical principles with the practiced practices will be made through the architectural project to be developed in stage II of the work referent. Factors such as the mass assistance, assistentialist and authoritarian to the children and adolescents in social vulnerability, as well as the public negligence regarding the basic needs of children and youth, contributed in the construction of a wide debate after the decade of 80, on the direct of the population. This in 1990, the Statute of the Child and Adolescent (ECA) was promulgated in Brazil, covering, in addition to the rights conferred upon them, guidelines on the functioning of the host institutions. The creation of the ECA determined important changes in the thematic scenario. The Statute emphasizes that host institutions should give priority to the reintegration of children and adolescents into family and community life. However, studies have highlighted the difficulties of practical implementation of normative and legislative provisions, since the current services repeat paradigms of old orphanages and asylums. When the institutional environment does not facilitate the establishment of affective bonds, it does not serve the children and adolescents in relation to their demands of protection, safety and care; one notes a loss in the psychological development of them.

Keywords: Children and adolescents. Host. Institutional Shelter.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Tema	13
1.2 Problema de pesquisa	14
1.3 Justificativa	15
1.4 Objetivos	16
1.4.1 Objetivo geral	16
1.4.2 Objetivos específicos	17
1.5 Metodologia	17
1.6 Cronograma geral	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Percurso histórico do acolhimento no Brasil	20
2.2 O acolhimento	25
2.3 Quadro atual do acolhimento e dos abrigos infantis no Brasil	26
2.4 Modalidades de acolhimento previstas no ECA	30
2.4.1 Abrigo Institucional	32
2.5 Arquitetura e o seu impacto no desenvolvimento psicológico infanto-juvenil	34
2.5.1 Arquitetura e Psicologia	37
2.5.2 Apropriação espacial	38
2.5.3 Espaço e Lugar	38
2.5.4 Abrigo e as sugestões da Arquitetura e Psicologia	39
2.5.5 Arquitetura e ambiente	41
2.5.6 Atividade prática aplicada sobre a percepção de arquitetura como lugar e projeto participativo	43

3. REFERÊNCIAS PROJETUAIS	46
3.1 Casa para crianças órfãs com necessidades especiais da Casa Kisito	46
3.2.1 Ficha técnica	46
3.2.2 O projeto	47
3.2 Casa Rana	49
3.3.1 Ficha técnica	49
3.3.2 O projeto	49
3.3 Casa Vellore	53
3.4.1 Ficha técnica	53
3.4.2 O projeto	53
3.4 Moradias Infantis – Fundação Bradesco	57
3.1.1 Ficha técnica	57
3.1.2 O projeto	58
3.5 Análise das referências projetuais	60
4. OBJETO DE ESTUDO	62
4.1 Contextualização da área de estudo	62
4.2 Justificativa da escolha	63
4.3 Legislação Pertinente	64
4.1.1 Legislações municipais	64
4.1.2 Legislações estaduais	65
4.1.3 Legislações federais	65
4.4 Análise e diagnóstico da área de intervenção – Área de abrangência	66
4.1.4 Localização	66
4.1.5 Sistema Viário	69
4.1.6 Uso do solo	70
4.1.7 Equipamentos	72
4.1.8 Uso noturno	74
4.1.9 Área prioritária	75
4.1.10 Gabarito	77
4.5 Programa de necessidades	78
4.6 Setorização	80

5. CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO	84
5.1 Conceito	84
5.2 Partido Arquitetônico	85
REFERÊNCIA	90
ANEXO	94

↑ 1.0

INTRODUÇÃO



1.1 Tema

Implantação de uma instituição acolhedora que se enquadra na modalidade de Abrigo Institucional – prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) –, na cidade de Carmo da Cachoeira, Sul de Minas Gerais.

O acolhimento é visto por diversas formas pela sociedade brasileira, de acordo com aspectos sociais, culturais e regionais, sendo estas, boas ou ruins. Acolher significa oferecer ou obter refúgio, abrigar, amparar, visando à proteção e o conforto.

Este abrigo tem característica de oferecer acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento socioeducacional para grupos de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, sob medida protetiva de abrigo.

A acolhida de crianças e adolescentes faz parte do processo de reintegração desses usuários na família e na sociedade, porém muitas vezes, as instituições de acolhimento não possuem uma instalação adequada às necessidades dos acolhidos. As edificações onde as instituições são instaladas possuem um programa reduzido, de modo a não atender de forma satisfatória o real objetivo do programa, não os tornando eficazes e funcionais. O acolhimento visa, além da recuperação, a definição de identidade desses usuários abrigados e afastados do convívio familiar, sem que haja interferências externas e influências da sociedade.

O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos, respeitando o não desmembramento de grupos de irmãos ou outros vínculos de parentesco para favorecer o convívio familiar e comunitário. Deve estar inserido e utilizar-se dos equipamentos e serviços da comunidade local, em áreas residenciais, o mais próxima possível do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e dos adolescentes atendidos. O ambiente oferecido deve ser acolhedor e ter aspecto semelhante ao de uma residência; deve ser mantido um corpo de profissionais capacitados para o exercício das atividades de acompanhamento das crianças, dos adolescentes e de suas famílias¹.

Pensar em um espaço que possa ser alterado de acordo com as necessidades cotidianas, visando o bem-estar dos acolhidos e da sociedade, atraindo o olhar da população para um problema que está presente no cotidiano atual e de caráter social, é o desafio deste tema.

¹ Disponível em: <<http://www.neca.org.br/siabrigos/abrigos.pdf>> Acessado em: 18/03/2018

1.2 Problema de pesquisa

A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) compreendem a família como um espaço apropriado para a condição ímpar da criança e do adolescente. Entretanto está previsto no ECA, quando há situação de violação dos direitos, a possibilidade de afastamento dos menores do convívio familiar e seu acolhimento institucional.

Pela legislação vigente no país, art. nº 94, do ECA (Brasil,1990), as instituições que abrigam crianças provenientes de abandono, maus-tratos, ou que foram afastadas judicialmente de suas famílias, devem oferecer atendimento personalizado em pequenas unidades e grupos reduzidos, instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e, ainda, proporcionar atividades de cultura, esporte e lazer.

Segundo dados do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) (Brasil, 2013), a região sudeste do país é a que conta com a maior demanda para atendimento de crianças que necessitam de abrigo, tendo alarmante diferença entre acolhimento familiar e acolhimento institucional.

Acredita-se que muitas crianças, por viverem anos nas instituições, podem se tornar um risco para a sociedade, uma vez que não tiveram modelos referenciais positivos, não elaboraram o abandono e não construíram novas relações. Na verdade, ainda existe o estigma de que a criança que não viveu no seio familiar é um sujeito que não terá possibilidade de construir novas vivências positivas (Pedroso, 2009).

Alguns ambientes não dispõem do espaço necessário e são adaptadas na tentativa de construir um espaço familiar. Há equipamentos que acomodam crianças de diferentes idades num mesmo espaço o que, segundo Piaget (1993), interfere na evolução cognitiva infanto-juvenil.

O ambiente possui as fontes necessárias para o desenvolvimento da criança, bem como, apresenta traços humanos específicos que são característicos do desenvolvimento social. O espaço já possui uma forma apropriada, a qual deve estar em relação com a criança, para que o desenvolvimento possa ocorrer sem falhas. Se o ambiente não é adequado, se não há uma interação da criança com este, então, surge a possibilidade de um fracasso em algum aspecto do desenvolvimento infantil (Zick, 2010).

Mello e Silva (2004) observam a importância de discutir a arquitetura dessas instituições: considerando que qualquer objeto arquitetônico surge sempre em resposta a uma demanda, cabe discutir de que forma as crianças e os adolescentes abrigados serão atendidos

em suas necessidades e especificidades nas entidades que oferecem programas de abrigo hoje em dia.

Como um espaço elaborado arquitetonicamente, através dos princípios de universalidade, pode contribuir para a sociedade cachoeirense, implicando em uma formação mais completa, um comportamento positivo, e garantindo que os atuais e possíveis futuros abrigados possam ter um futuro diferente do que os esperam nos dias atuais?

Será que a arquitetura pode contribuir para melhorar a qualidade de vida das crianças protegidas e abrigadas na cidade de Carmo da Cachoeira?

1.3 Justificativa

A decisão de propor o trabalho acerca do tema se deu através da percepção de que a habitação torna-se de extrema importância à evolução infanto-juvenil, assim como a formação de seu caráter é motivada pela falta de locais que proporcionem estrutura física adequada às crianças e adolescentes, sendo que muitas das instituições são adaptadas em antigas residências familiares ou seguem o estereótipo de instituições totais. A Arquitetura compõe um importante papel na adaptação e desenvolvimento de uma criança em um abrigo.

Segundo Zick (2010), grandes partes das crianças brasileiras são - de certa forma - carentes de “família”. Isso por que vivem em famílias totalmente diferentes desta idealizada. Convivem com separações de pais, uniões informais, muitas vezes vivem com os avós ou com tios, etc. Outras crianças moram com os pais, porém lhes falta atenção e afeto, esta necessidade, muitas vezes, é suprida com “presentes”, que por sua vez, não substituem a relação afetiva entre pais e filhos. Além disso, a cultura da violência está presente em muitas famílias (agressões, ameaças, espancamentos), assim como os abusos sexuais, o abandono por parte dos pais, a falta de tempo que os pais têm para ficarem junto com os filhos. Todos esses fatores que dizem respeito ao ambiente familiar podem interferir no desenvolvimento dessa criança.

Há alguns anos, foi implantado em Carmo da Cachoeira, sul de Minas Gerais, uma sede do programa Casa Lar (fig. 1 e 2), uma das modalidades de proteção destinadas a crianças e adolescentes previstas no ECA. Segundo o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a capacidade máxima de abrigados dentro de uma instituição encaixada nos parâmetros da Casa Lar é de oito sujeitos, homem e mulheres, com idade que variam de zero a dezoito anos incompletos, acompanhados de um responsável social – podendo ser mãe, pai ou

casal social. Atualmente, de acordo com relatório emitido pela Secretaria de Assistência Social de Carmo da Cachoeira, há 14 sujeitos em responsabilidade da equipe que rege a instituição, ou seja, há seis acolhidos a mais do que é permitido. Não há projeções concretas quanto ao número de possíveis entradas no programa. As famílias que apresentam certa instabilidade são acompanhadas por profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Conselho Tutelar, mas as entradas são repentinas, derivadas de situações extremas que não podem ser previstas.

Figura 1 - Fachada frontal da atual residência.



Fonte: O autor (2018).

Figura 2 - Fachada norte da residência



Fonte: O autor (2018).

Para o bom desenvolvimento infantil, o espaço físico precisa ser acolhedor e propício, requer um ambiente que seja saudável e, ao mesmo tempo, educativo. A intenção da estrutura de um abrigo é garantir o direito da criança às necessidades básicas de educação, saúde, lazer e afeto por meio do convívio familiar substituto, denominado família social.

Comumente vemos arquitetura de qualidade sendo construída em diversas áreas, e porque não aplicar tal qualidade a uma instituição acolhedora, onde o objetivo é sempre fazer o bem, ajudando crianças e adolescentes que precisam de uma atenção específica e particular.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Elaborar um projeto arquitetônico em nível de anteprojeto, de uma instituição acolhedora que atenda de forma eficaz ao programa de necessidades pré-definido pelo CNAS, às necessidades individuais dos acolhidos, proporcionando espaços de convivência e interação

e contribuindo de forma direta no desenvolvimento das crianças e adolescentes enquanto cidadãos.

1.4.2 Objetivos específicos

- a. Conhecer a literatura acerca do tema em relação à escala da criança e do adolescente;
- b. Discutir e apresentar formas claras e coesas de contribuir para a evolução e construção da sociedade;
- c. Compreender o papel do profissional enquanto criador de espaços contribuintes ao desenvolvimento social;
- d. Agregar à concepção do espaço a visão do usuário de modo a tornar essencial o sentimento de pertencimento;
- e. Melhorar a qualidade de vida dos sujeitos em medidas de proteção preventiva;
- f. Reestruturar as famílias para que os abrigados sejam reinseridos em um convívio familiar saudável e capacitados.

1.5 Metodologia

A metodologia desta pesquisa será fragmentada em quatro etapas, onde serão adotadas formas de pesquisas e técnicas distintas, previstas da seguinte forma:

- Pesquisa Exploratória: Visando conhecer a literatura relacionada ao acolhimento, onde será realizada através de revisão bibliográfica;
- Pesquisa Descritiva: A fim de descrever fatos e observações encontrados no local de implantação, da legislação pertinente e das referências projetuais, será realizada através de levantamento fotográfico, pesquisa de campo e análise de estudos de caso;
- Estudo Preliminar: Com base nas duas primeiras etapas, tem o objetivo de iniciar o projeto arquitetônico do espaço, através de definição de conceito, partido, programa de necessidades, implantação, cortes esquemáticos e demais representações gráficas que se fizerem necessárias para a compreensão do projeto;
- Anteprojeto: Retomando uma revisão de tudo o que foi realizado anteriormente e com base no estudo preliminar, desenvolver e confeccionar os elementos e peças gráficas

necessárias, ao nível de anteprojeto arquitetônico, objetos resultantes deste estudo que serão apresentados em pranchas anexados ao fim deste trabalho.

1.6 Cronograma geral

O cronograma geral deste estudo segue as quatro etapas descritas na metodologia: Pesquisa Exploratória, Pesquisa Descritiva, Estudo Preliminar e Anteprojeto. As etapas serão subdivididas em elementos fragmentados, que serão descritos e relacionados no intuito de atingir o objetivo geral que resultará na elaboração de um projeto arquitetônico, em nível de anteprojeto, conforme o quadro a seguir:

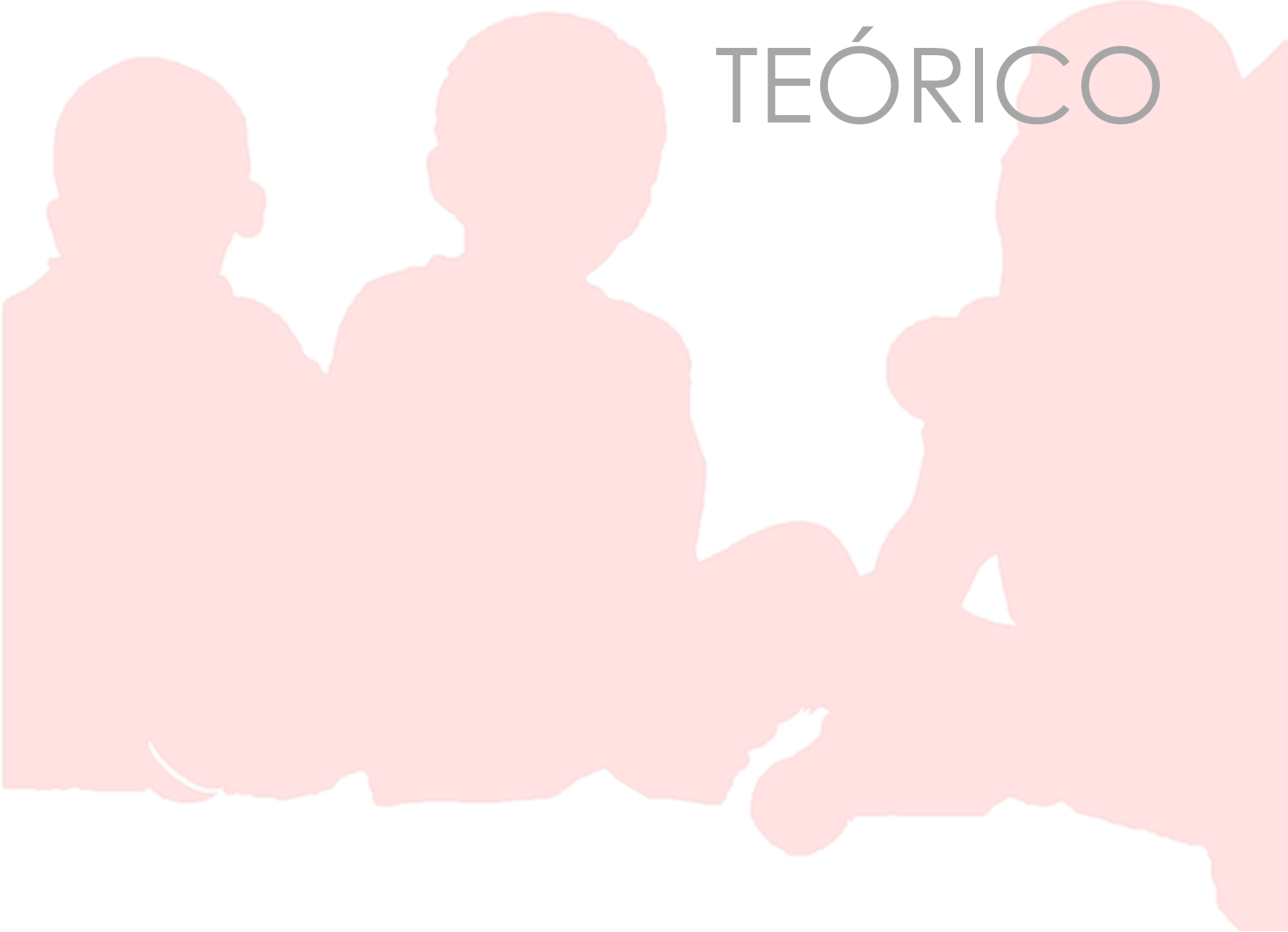
Tabela 1–Cronograma geral de estudo.

ETAPAS	PERÍODO	ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
ETAPA I PESQUISA EXPLORATÓRIA	Março 2018	Abrigo - Resgate na história de instituições de acolhimento no território nacional.	Breve histórico sobre como surgiram os abrigos no país e o que acarretou a sua necessidade.
		As formas de acolher regidas pelo ECA.	Quais as formas de acolhimento dispostas pelo Estatuto da criança e do adolescente.
	Março 2018	Quem são as crianças e adolescentes acolhidas nas instituições.	O perfil dos sujeitos que são acolhidos e porque eles dependem desse acolhimento.
		As instituições acolhedoras	Relação entre o funcionamento das instalações físicas das instituições e a sensação de lar.
ETAPA II PESQUISA DESCRITIVA	Abril 2018	Estudo de caso	Análise de instituições que apresentam resultados satisfatórios.
	Abril 2018	Referências projetuais	Análise dos seguintes projetos: Moradias Infantis, Casa Kisito Casa MLA, Casa Eames
	Maió 2018	Objeto de Estudo	Análise da área de estudo, entorno imediato, legislações pertinentes e programa de necessidades
ETAPA III ESTUDO PRELIMINAR	Maio 2018	Conceito	Criação do conceito inicial, nome e identidade do projeto.
		Partido arquitetônico	Desenvolvimento do partido arquitetônico e técnicas construtivas do projeto.

Fonte: o autor (2018).

 2.0

REFERENCIAL TEÓRICO



2.1 Percurso histórico do acolhimento no Brasil

A colonização europeia difundiu uma série de tradições morais nas Américas. Dentre as doutrinas, o modelo familiar padrão, isto é, monogâmico, alicerçado nos preceitos religiosos e indestrutível, bem como a preservação da honra das mulheres, culminaram na prática de abandono dos filhos, os chamados expostos. A dificuldade financeira de muitas famílias era outra causa frequente do aumento dos casos de desamparo infantil (MARCÍLIO, 2006).

O atendimento as crianças órfãs e desprotegidas da colônia foi influenciado pela organização administrativa e institucional de Portugal. Conforme Rizzini e Rizzini (2004), os jesuítas foram os principais educadores do Brasil até 1759, ano em que foram expulsos pelo Marquês de Pombal. No entanto, suas ações foram voltadas unicamente as crianças indígenas, filhos dos grandes proprietários e, no máximo, órfãos de legítimo casamento trazidos da metrópole (RIZZINI; RIZZINI, 2004; MARCÍLIO, 2006).

Marcílio (2006) classifica a proteção à infância desvalida do período colonial até meados do século XIX como fase “criativa”. Ao encontrar uma criança abandonada, o procedimento inicial era batizá-la para que sua alma fosse salva. Não havia planos estruturados para educar e profissionalizar as crianças e adolescentes desamparados. Em síntese, as ações criativas tinham cunho religioso e não intencionavam mudanças sociais.

A criação de expostos em casas de família foi uma das formas de assistência, mas disseminada na história brasileira. Os filhos de criação tinham maior chance de sobrevivência e de oportunidades futuras. Porém em um contexto de escravidão, muitos se tornavam mão de obra gratuita e complementar. De acordo com Marcílio (2006, p. 139): “[...] ora [os filhos de criação] eram aceitos como filhos da família, ora se confundiam com os serviços da casa onde eram criados.”

Do ponto de vista legal, as Câmaras Municipais eram as responsáveis pelo cuidado dos órfãos e enjeitados desde 1521. A incumbência das Câmaras era auxiliar financeiramente as famílias dispostas a cuidar dos pequenos, encontrarem amas de leite e remunerá-las ou estabelecer convênios com as Santas Casas de Misericórdia. Na prática, as contribuições foram irrisórias. Inúmeras crianças morreram precocemente ou foram viver nas ruas sujeitas a prostituição, mendicância ou criminalidade (MARCÍLIO, 2006; RIZZINI; PILOTTI, 2009).

Em relação às instituições destinadas a infância desprotegida, a Roda dos expostos (fig. 03) foi um sistema de recolhimento de bebês abandonados que perdurou do período

colonial até metade do século XX. A roda funcionava como um cilindro instalado na parede do estabelecimento, onde as crianças eram colocadas do lado de fora, e por meio de um giro, entravam no edifício, evitando a identificação do autor do abandono (RIZZINI; RIZZINI, 2004; MARCÍLIO, 2006).

Figura 3 - A Roda dos Expostos



Fonte: Gazeta do Povo (2011).

A roda enfrentou sérias dificuldades financeiras. Conseqüentemente, os ambientes eram, em sua maioria, precários e insalubres. Enquanto higienistas e reformadores estavam combatendo esse método na Europa, devido a alta taxa de mortalidade e pela suspeita de estimular o enjeitamento dos recém-nascidos, as casas dos expostos multiplicavam-se no Brasil (RIZZINI; RIZZINI, 2004; SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006). A assistência às crianças e adolescentes sem família foi, em quase sua totalidade, vinculada as misericórdias, que eram constituídas por leigos de irmandade. Além da roda dos expostos, aos poucos foram surgindo instituições para crianças maiores, como os recolhimentos para meninas e os colégios internos para meninos, ambos respaldados na instrução religiosa e no confinamento (RIZZINI; RIZZINI, 2004; MARCÍLIO, 2006).

Os filhos de escravos e os indígenas tiveram pouca participação nas instituições do império brasileiro. De acordo com RIZZINI e RIZZINI (2004), os internatos atendiam as crianças órfãs e expostas de maneira diferenciada. A distinção ocorria entre meninos e meninas, crianças de “legítimo matrimônio” e “indigentes” e crianças brancas e negras, cada uma delas com seus respectivos programas na conjuntura de uma sociedade fortemente hierarquizada e escravocrata.

No caso das meninas, os Recolhimentos tinham a pretensão de resguardar a honra e a virtude feminina. Para isso, o contato de internas com o mundo exterior era rigidamente controlado. A educação orientava-se para o casamento e para os serviços domésticos. Com a abolição da escravatura, o governo, a sociedade e especialistas se aliaram para estimular a criação e a manutenção desses estabelecimentos. O motivo era óbvio: fornecimento de domésticas bem preparadas e a um baixo custo à elite (RIZZINI; RIZZINI, 2004; MARCÍLIO, 2006).

Quanto ao atendimento de meninos, poucas instituições foram criadas, pelo menos até meados do século XIX. A educação era voltada a profissionalização. Surgiram as Companhias de Aprendizes Marinheiros e as Companhias do Arsenal de Guerra. As primeiras recebiam crianças recolhidas nas ruas. Já os arsenais eram destinados a meninos órfãos, cujas famílias não tinham condições de educá-los. A pedagogia das entidades era militar, baseada no ritmo e na disciplina (RIZZINI; RIZZINI, 2004; MARCÍLIO, 2006).

Marcílio (2006) denomina como “fase filantrópica” o período de assistência para crianças e adolescentes desamparados que vai do século XIX até a década de 1960. As correntes filantrópicas do iluminismo, liberalismo, os ideais de “ordem e progresso”, do positivismo e a medicina higienista fundamentaram as ações sociais da época.

As primeiras mudanças na política de atendimento à infância órfã e desvalida decorreram da criação de Asilos após o ano de 1850. Essas instituições tinham como peculiaridade a existência de Estatuto que dispunham sobre organização espacial interna e o ensino primário e profissionalizante dos jovens. No século XIX, também apareceram as Casas dos Educandos Artífices, com funções similares as dos asilos (MARCÍLIO, 2006).

Com o advento da República, iniciou-se uma atuação mais consistente do Estado no planejamento ao “menor” – termo usado para caracterizar a criança destituída de direitos como cidadãos e alvo das políticas de controle e contenção social. Em contrapartida, o termo “criança” era empregado para os filhos das famílias privilegiadas (RIZZINI; RIZZINI, 2004; MARCÍLIO, 2006).

De acordo com Marcílio (2006), a filantropia seria – para os políticos, intelectuais e elite – o caminho ideal para solucionar, de forma lógica, os conflitos sociais. Assim, grandes estabelecimentos de internação foram construídos no país, as chamadas instituições totais para “menores”. O objetivo era retirar as crianças órfãs, pobres e abandonadas da rua e da criminalidade para educá-las, discipliná-las e prepará-las para a vida em sociedade, para o trabalho e para constituírem família.

Algumas das características dos estabelecimentos totais eram: prédios de amplas dimensões; longos corredores; muitos dormitórios e com um grande número de camas; localização distante dos centros urbanos; tratamento que desconsiderava as diferenças individuais; atividades e serviços prestados no interior da própria instituição, como consultórios médicos e salas de aula; regime autoritário, disciplinar, controlador e prisional (MELLO, 2004; MARCÍLIO, 2006).

Nas palavras de Mello; esse local era:

[...] um ambiente tipicamente institucional voltado à ampla intervenção e “reforma” no modo de ser e viver dos abrigados, lima que as instituições tinham como objetivo transformá-los em indivíduos mais adequados as exigências da sociedade da época (MELLO, 2004, p. 139).

A Figura 04 mostra alguns exemplos de instituições totais. Através das fotografias, é possível perceber, por exemplo, o número excessivo de crianças atendidas.

Figura 4 - Exemplo das Instituições Totais



Fonte: Acervo Fotográfico da Santa Casa de São Paulo, s/d; Instituto Camargo Corrêa, 2006.

De acordo com RIZZINI e RIZZINI (2004), os internatos também foram popularizados entre as famílias de baixa renda, que queriam oferecer uma condição de vida melhor aos seus filhos. Não se pensavam em políticas públicas para lidar com a falta de recurso financeiro das camadas sociais desprivilegiadas.

Marcílio (2006) define a terceira e última fase de assistência aos “menores” como “fase do Bem-Estar-Social” iniciada em 1960, mas que coexistiu com as fases criativa e filantrópica. A partir de então, o poder público adquiriu uma postura definitivamente ativa no atendimento da infância pobre e desviante.

Em 1964 surgiu a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), no contexto da Ditadura Militar. A FUNABEM foi um órgão central normativo destinado a implementar a Política Nacional do Bem-Estar no Menor (PNBEM) e a fornecer recursos para as instituições conveniadas (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

Assim, para executar as premissas da FUNABEM, as FEBEMs (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) e outros estabelecimentos semelhantes foram inaugurados. A maioria dos institutos já existia desde o fim do século XIX e foram apenas repassados para a gerência dos governos estaduais, como os antigos Asilos (Marcílio, 2006).

Ao generalizar as determinações legais de proteção e controle penal, o Código de Menores contribuiu para estigmatizar os jovens recolhidos. Mesmo após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que diferenciou as medidas de acolhimento das medidas socioeducativas, a institucionalização permaneceu, por muito tempo, rotulada negativamente (ARPINI, 2003; RIZZINI; RIZZINI, 2004; LUVIZARO; GALHEIGO, 2001).

Apesar de o PNBEM propor a valorização da vida familiar, a integração com a comunidade e a internação somente em último caso, o número de internações de adolescentes aumentou de forma significativa no período. O motivo desse crescimento está associado ao rígido controle social da época, já que crianças nas ruas em tempos de “segurança nacional” não era visto com bons olhos. (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Após a promulgação do ECA, outras conquistas no campo da proteção à infância e à juventude foram: a Lei Orgânica de Assistência Social (lei n 8.742/1993); a criação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC (CONANDA e CNAS, 2006); a Lei de Adoção (lei n 12.010/2009); e a Lei das Políticas Públicas para a Primeira Infância (lei n 13.257/2016).

O PNCFC, em consonância com o ECA, reforçou a importância da comunidade e da família, de origem ou substituta, na vida da criança e do adolescente. Isso muito se distinguiu da visão estereotipada do passado, em que os pais dos acolhidos eram vistos pela sociedade, em geral, como irresponsáveis e insensíveis (RIZZINI; RIZZINI, 2004; BRASIL, 2006).

Em suma, durante um longo período histórico, a institucionalização infanto-juvenil foi marcada por um atendimento desumano, rígido e assistencialista. As mudanças desse

quadro datam do período pós-ditadura militar, em que novas políticas sociais foram definidas. Políticas essas pautadas no convívio familiar, na integração com a comunidade e no respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes. Apesar dos avanços normativos e legislatórios, pesquisa, como de Arpini (2003), Luvizaro e Galheiros (2011) e Rossetti-Ferreira (2012), mostra que a aplicação da teoria em prática tem sido um processo lento e complexo.

2.2 O acolhimento

Segundo Ferreira (1995), abrigo significa: “1- lugar que abriga; refúgio; moradia; abrigada; abrigadouro. 2- cobertura, teto. 3- casa de assistência social onde se recolhem pobres, velhos, órfãos ou desamparados. 4- local que oferece proteção contra os rigores do sol, da chuva, do mar ou do vento. 5- túnel, caverna ou construção subterrânea usada como refúgio e para proteção durante ataques aéreos. 6- agasalho, em geral, impermeável, usado em ocasião de mau tempo. 7- asilo, amparo, socorro, proteção”. Nesses significados, se faz presente a percepção de recolhimento, confinamento e isolamento social.

O termo “abrigo” surgiu com a discussão do ECA na década de 80, usado para designar as instituições que tinham como propósito separar do poder público, aquilo que ocasionava desordem social e ia contra a dignidade humana, neste caso o abandono e maus-tratos de crianças. No decorrer de séculos, essa opinião levou a formulação de políticas de proteção aos pobres, órfãos e abandonados, contribuindo para a preservação da ideia de que o acolhimento de crianças em instituições é a medida social mais ajustada em situações de risco.

O abrigo é a sétima medida de proteção prevista no ECA, exercida quando os direitos da criança e do adolescente são violados ou estão ameaçados, sendo instável e ativa quando os menores são afastados do convívio familiar e comunitário, privilegiando a reintegração familiar. Nesse contexto, o acolhimento em abrigos se denota como uma das possibilidades de garantia dos direitos humanos para os sujeitos, sendo uma oportunidade para a reinserção no espaço familiar ou não. Esta medida tem-se configurado como medida que põe em risco a aplicabilidade dos princípios legais ECA, pois viola, por exemplo, o direito à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

2.3 Quadro atual do acolhimento e dos abrigos infantis no Brasil

Apesar das diretrizes e recomendações quanto ao funcionamento das instituições de acolhimento, são frequentes os casos em que a assistência se contradiz com as leis e normas sobre o assunto. Jauczura (2008), Luvizaro e Galheigo (2011) e Rossetti-Ferreira (2012) afirmam que, em geral, a aplicação das disposições previstas pelo ECA e por outras políticas de proteção a infância e a juventude ainda é um desafio no Brasil.

Jauczura (2008) afirma que, na prática, o acolhimento institucional (Abrigos Institucionais e Casas-Lares) é a primeira medida de proteção a ser tomada em casos de ameaça ou violação dos direitos infanto-juvenis, embora seja a sétima medida prevista pelo art. 101 do ECA.

Uma ampla pesquisa realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de 2012 a 2013, comprova a predominância do acolhimento institucional no atendimento de crianças e adolescentes em risco pessoal e social. As entidades de acolhimento possuíam capacidade de atender até 45.569 crianças e adolescentes em 2013, enquanto outros serviços, como Família Acolhedora, totalizavam 817 cadastros (BRASIL, 2013).

Dentre as duas modalidades de acolhimento institucional, o abrigo é prevalente. Em 2013, na região sudeste, 84,1% das assistências ocorriam em abrigo institucional, contra 15,9% em casas-lares.

Em relação ao período de institucionalização, apesar do § 2 do art. 19 do ECA definir que a permanência da criança e do adolescente não se prolongará por mais de dois anos em programas de acolhimento. Siqueira e Dell'Aglio (2006), Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) e Luvizaro e Galheigo (2011) ressaltam que a duração da institucionalização pode prolongar-se por anos, o que pode interferir no desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos acolhidos.

Nos abrigos, aproximadamente 50% dos acolhidos permanecem na instituição de 6 meses a 2 anos e 35% são mantidos nas entidades por mais de 2 anos. Ou seja, apenas 15% das crianças e adolescentes permanecem nesses estabelecimentos por até 6 meses (BRASIL, 2013). Portanto, o princípio da provisoriedade ao acolhimento institucional, proposto pela ECA, não é cumprido em considerável parte dos casos.

Mais de 75% das entidades de acolhimento pesquisadas pelo CNMP declararam que haviam acolhidos que não recebiam visitas dos pais ou responsáveis por mais de dois meses.

A menor frequência de visitas fragiliza os vínculos familiares, o que, conseqüentemente, reduz a probabilidade da criança e do adolescente retornarem à sua família de origem, prolongando o período de institucionalização (BRASIL, 2013).

Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007), Vectore e Carvalho (2008) e Rossetti-Ferreira (2012) concordam que as políticas públicas devem ser efetivas no fortalecimento dos vínculos familiares. Jauczura (2008) acrescenta que a comunidade tem um importante papel de colaborar com a implantação dessas políticas de proteção social.

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), dados de crianças internadas nos séculos XIX e XX demonstram que um dos motivos mais frequentes de internação era unicamente a dificuldade financeira dos pais, que viam a instituição acolhedora como a melhor forma de garantir o sustento e a educação dos filhos.

Rossetti-Ferreira (2012) verificou que a escassez financeira ainda é uma das razões para o acolhimento institucional. Esse fator, segundo o art. 23 do ECA, não constitui motivo para tal medida, devendo a criança ou o adolescente, juntamente com a sua família, serem incluídas em programas de proteção, apoio e promoção social.

A figura 05 (Gráfico com os principais motivos de acolhimento no país. p. 28) traz um gráfico com os principais motivos do acolhimento de crianças e adolescentes. A carência de recursos materiais da família ou do responsável corresponde ao significativo valor de 26% dessas razões. A primeira causa do acolhimento é por dependência química e/ou alcoólica dos responsáveis, seguido por negligência e abandono pelos mesmos (BRASIL, 2013).

Os dados informados na figura 05 ressaltam a imprescindibilidade das entidades de acolhimento oferecer serviços de qualidade às crianças e adolescentes, pois suas histórias anteriores às medidas de proteção comumente são marcadas por dificuldades, mágoa, temor do presente e do futuro. Sequeira e Dell'Aglio (2006) afirmam que são necessárias políticas públicas direcionadas às instituições a fim de contribuir com a melhoria do atendimento às crianças e adolescentes.

Figura 5 - Gráfico com os principais motivos de acolhimento no país.



Fonte: Brasil, 2013. Editado pelo autor, 2018.

Ao todo, 29.321 crianças e adolescentes estavam vivendo em abrigos e casas-lares em 2013 e 1.019 atendidos em acolhimento familiar (BRASIL, 2013). Ou seja, mais de 30.000 crianças e adolescentes estavam afastados dos pais ou responsáveis em decorrência dos motivos citados no gráfico da figura 05.

São muitas as ambiguidades que permeiam os discursos e as práticas presentes nas instituições, o que conseqüentemente, compromete o desenvolvimento dos acolhidos. Diante desse cenário, as políticas públicas adquirem um papel de extrema relevância no combate aos problemas sociais ligados à pobreza e má distribuição de renda no Brasil, que por sua vez, estão diretamente relacionados à vulnerabilidade social de muitas famílias (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006).

Segundo pesquisa², existem hoje no Brasil aproximadamente 20 mil crianças e adolescentes que necessitam de proteção especial, vítimas de maus-tratos, violência ou negligência, vivendo em abrigos públicos, a maior parte deles criados e dirigidos por grupos sociais comunitários e religiosos. A pesquisa iniciada em outubro de 2003 investigou o número de unidades executoras dos serviços de ação continuada, analisando as modalidades de atendimento e o número de crianças e adolescentes abrigados nas entidades que recebem suporte técnico e financeiro do Ministério de Desenvolvimento Social.

Foram pesquisadas 626 instituições, em todas as regiões brasileiras, dentre as quais 589 oferecem programa de abrigo para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social. Os dados deste universo de abrigos revelam que a maioria localiza-se nas regiões Sul e Sudeste (69,8%) e mais de um terço dos abrigos beneficiados encontram-se em São Paulo (34,1%).

Certamente podemos perceber uma real influência dos parâmetros legais nas mudanças em curso nos abrigos. Perguntados sobre seu conhecimento sobre o ECA, 93% dos entrevistados revelam estar bem ou regularmente informados sobre a lei e mais especificamente, 90% conhecem o artigo que regula o serviço de acolhimento. Os entrevistados conhecem, também, as indicações sobre a preservação dos vínculos familiares e necessidade de se incentivar a participação das crianças e jovens na vida comunitária.

Considerando-se que, até a promulgação da lei, praticamente toda a rede de atendimento ainda estava organizada segundo o modelo filantrópico das grandes instituições, a adaptação às exigências da lei apresentou-se como um grande desafio. A pesquisa realizada evidencia que as principais dificuldades em relação ao ECA referem-se à exigência de um trabalho dos abrigos voltados para o retorno à família de origem e o desligamento após 18 anos. No primeiro caso, a dupla tarefa dos profissionais – oferecer um bom atendimento e preparar o retorno à vida familiar - exigem uma equipe que nem sempre existe em quantidade adequada e, sobretudo, não tem a formação necessária exigida.

Mas as exigências legais impulsionam mudanças, ainda que apenas quantitativas, como vemos na figura 06 a seguir:

² O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) concluiu em 2004 o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada – a Rede SAC, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDAS)

Figura 6 - Principais mudanças no atendimento após a regularização do ECA

Adequações nas instalações físicas	20%
Adequação na qualidade da equipe de funcionários	15%
Redução no número de crianças atendidas	15%
Mudança no regime de atendimento	13%
Alteração no perfil (idade/sexo) do atendido	11%
Ampliação do atendimento com família e comunidade	11%
Ampliação das relações institucionais e com poder judiciário	5%

Fonte: Guará, 2005, p. 6.

Em relação à sustentabilidade, os abrigos são financiados majoritariamente (58,5%) por recursos privados advindos principalmente de iniciativas de arrecadação ou venda de serviços para a comunidade próxima. 41,5% de recursos recebidos são provenientes de órgãos públicos - a maior parte do governo municipal. As exigências burocráticas e de tempo envolvidas na elaboração de projetos para financiadores – tanto públicos quanto privados – têm sido apontadas como atividades preponderantes do grupo gestor. Tais dados mostram que a tarefa de garantir a manutenção cotidiana leva o corpo diretivo a direcionar sua competência e energia para a captação de recursos, desviando-se muitas vezes de sua responsabilidade pela gestão socioeducativa.

A organização espacial dos abrigos também é um importante fator a ser considerado. Se a maioria das crianças e dos adolescentes em risco pessoal e social são encaminhados às instituições de acolhimentos, especialmente abrigos institucionais, como esses espaços devem ser projetados? Quais as necessidades que devem ser atendidas? Em que medida a espacialidade pode contribuir com o desenvolvimento cognitivo, social e emocional desses jovens? Essa e outras questões serão discutidas nos próximos tópicos.

2.4 Modalidades de acolhimento previstas no ECA

O documento de Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e adolescentes (BRASIL, 2009) e o Manual de Instruções, Diretrizes e Procedimentos Operacionais para Contratação e Execução de Programas de Ações da Secretaria Nacional de Assistência Social e Fundo Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2015) classificam os tipos de acolhimento, estabelecem orientações metodológicas, definem o programa de

necessidades, as dimensões mínimas para serem usadas nos projetos arquitetônicos, e fornecem outras recomendações técnicas.

As modalidades de acolhimento devem atender (BRASIL, 1990; 2009):

- a) Ser provisória e aplicada somente em último caso;
- b) Preservar e fortalecer os vínculos familiares e comunitários;
- c) Integrar a criança em família substituta quando os recursos de família natural forem esgotados;
- d) Combater qualquer forma de discriminação dos acolhidos;
- e) Oferecer assistência personalizada e individualizada;
- f) Desenvolver atividades em regime de coeducação;
- g) Manter grupos de irmãos na mesma unidade;
- h) Evitar a transferência das crianças para outras entidades;
- i) Garantir a liberdade de crença e religião de cada indivíduo;
- j) Respeitar a autonomia da criança e do adolescente;
- k) Preparar o adolescente para o desligamento institucional.

Os serviços de acolhimento, em geral devem ter aspecto semelhante a uma residência, não possuem placas indicativas da natureza institucional do equipamento e estarem próximos, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e dos adolescentes acolhidos. A tabela 02 apresenta resumidamente as particularidades de cada modalidade de acolhimento – Abrigo Institucional, Casa-Lar, Famílias Acolhedoras e Repúblicas – com base nos documentos citados no início deste tópico.

Tabela 2 - Modalidades de acolhimento.

Modalidades de Acolhimento	Características		
	Publico alvo	Capacidade de atendimento	Objetivo
Abrigo Institucional	Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos	Até 20 usuários	Acolher crianças e adolescentes afastados do convívio familiar devido à medida protetiva de abrigo.
Casa-Lar	Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos	Até 10 usuários	Acolher crianças e adolescentes em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/ cuidador residente em uma casa que não é sua.
Famílias Acolhedoras	Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos	1 usuário ou 1 grupo de irmãos	Acolher crianças e/ou adolescentes em residências de famílias acolhedoras cadastradas.
Repúblicas	Adolescentes de 18 a 21 anos	Até 6 usuários	Oferecer apoio e moradia subsidiada para adolescentes e, processo de desligamento de instituições de acolhimento e que não tenham possibilidade de retorno à família de origem, integração em família substituta e meios para auto sustentação.

Fonte: BRASIL, 2009; BRASIL, 2015. Editado pelo autor (2018).

Embora as Casas-Lares ofereçam um atendimento um pouco mais individualizado, já que atende até no máximo 10 acolhidos, o objetivo deste trabalho é projetar um Abrigo Institucional. Essa escolha foi em detrimento das necessidades específicas de Carmo da Cachoeira/MG, tendo em vista que a única instituição de acolhimento da cidade é uma Casa-Lar e está com capacidade acima do limite permitido. Maiores detalhes sobre o funcionamento da entidade de acolhimento municipal serão verificados no capítulo 4.

2.4.1 Abrigo Institucional

Define-se Abrigo Institucional o serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar (ECA, Art. 101), cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

Não deve haver a segregação com atendimentos exclusivos - tais como adotar faixas etárias muito estreitas, direcionar o atendimento apenas a determinado sexo, atender exclusivamente ou não atender crianças e adolescentes com deficiência ou que vivam com HIV/AIDS. Quando necessária, a atenção especializada deverá ser assegurada por meio da articulação com a rede de serviços, a qual contribuirá inclusive, para capacitação específica dos cuidadores.

O atendimento especializado, quando houver e se justificar pela possibilidade de atenção diferenciada a vulnerabilidades específicas, não deve prejudicar a convivência de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco (irmãos, primos, etc.), nem constituir-se motivo de discriminação ou segregação.

O equipamento deve estar instalado em áreas residenciais, sem distanciar-se excessivamente do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da realidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos, manter aspecto semelhante ao de uma residência, seguindo o padrão arquitetônico das demais residências da comunidade na qual estiver inserida. Não devem ser instaladas placas indicativas da natureza institucional do equipamento, também

devendo ser evitadas nomenclaturas que remetam a aspectos negativos, estigmatizando e despotencializando os usuários³.

A instituição precisa apresentar uma infraestrutura pré-definida, quanto a metragens e tipologias de ambientes, conforme informa a tabela abaixo:

Tabela 3 - Infraestrutura e espaços mínimos sugeridos.

Cômodo	Características
Quartos	<ul style="list-style-type: none"> • Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.). • Nº recomendado de crianças/adolescentes por quarto: até 4 por quarto, excepcionalmente, até 6 por quarto, quando esta for a única alternativa para manter o serviço em residência inserida na comunidade. • Metragem sugerida: 2,25 m² para cada ocupante. Caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio quarto, a dimensão dos mesmos deverá ser aumentada para 3,25 m² para cada ocupante.
Sala de Estar ou similar	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores. • Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante. Ex.: Abrigo para 15 crianças / adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 17,0 m² Abrigo para 20 crianças / adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 22,0 m²
Sala de jantar / copa	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores. • Pode tratar-se de um cômodo independente, ou estar anexado a outro cômodo (p. ex. à sala de estar ou à cozinha) • Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante.
Ambiente para Estudo	<ul style="list-style-type: none"> • Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes (quarto, copa) por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização de atividade de estudo.
Banheiro	<ul style="list-style-type: none"> • Deve haver 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes • 1 lavatório, 1 vaso sanitário e um chuveiro para os funcionários • Pelo menos um dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência⁴.
Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores.
Área de Serviço	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o

⁴Ainda podem ser encontradas, pelo País, abrigos institucionais com denominações que remetam a práticas e conceitos superados, que acabam por reforçar uma imagem estigmatizante das crianças e adolescentes atendidos.

⁴Deverão ser executados de acordo com todas as especificações constantes da NBR 9050/ABNT, dentre elas: deve ser prevista uma iluminação intensa e eficaz; não devem ser utilizados revestimentos que produzam brilhos e reflexos para evitar desorientação visual; devem prever, no mínimo, um vaso sanitário para cada seis usuários; as portas dos compartimentos internos dos sanitários, deverão ser colocadas de modo a deixar vãos livres de 0,20m na parte inferior; as barras de apoio deverão ser, preferencialmente, em cores contrastantes com a parede para fácil e rápida identificação e uso.

	número de usuários atendido pelo equipamento.
Área externa (Varanda, quintal, jardim, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão socioeconômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, dentre outros, de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos. • Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários. • Os abrigos que já tiverem em sua infraestrutura espaços como quadra poliesportiva, piscinas, praças, etc., deverão buscar, gradativamente, possibilitar o uso dos mesmos também pelas crianças e adolescentes da comunidade local, de modo a favorecer o convívio comunitário, observando-se, nesses casos, a preservação da privacidade e da segurança do espaço de moradia do abrigo.
Sala para equipe técnica	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc.). • Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.
Sala de coordenação / atividades administrativas	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil / financeira, documental, logística, etc.). • Deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo. • Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.
Sala / espaço para reuniões	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem.
Observações: <ul style="list-style-type: none"> • Toda infraestrutura do abrigo institucional deverá oferecer acessibilidade para o atendimento de pessoas com deficiências. • Deverá ser disponibilizado meio de transporte que possibilite a realização de visitas domiciliares e reuniões com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Serviços, na razão de um veículo para cada 20 crianças ou adolescentes acolhidos. 	

Fonte: Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (2009). Adaptado pelo autor (2018)

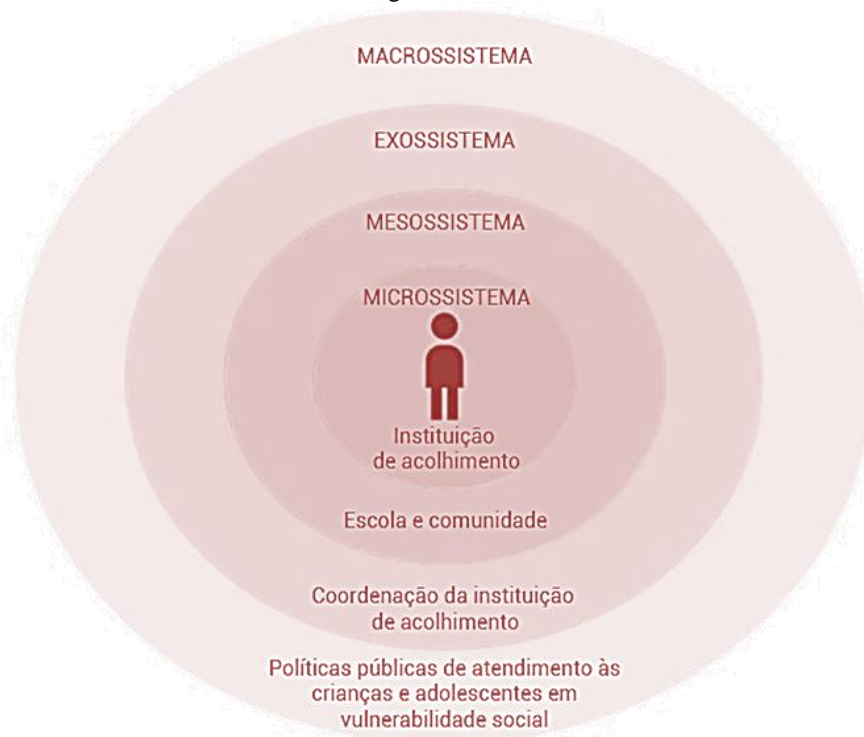
2.5 Arquitetura e o seu impacto no desenvolvimento psicológico infanto-juvenil

Como foi mostrada no tópico anterior, a assistência institucional às crianças e adolescentes que tiveram seus direitos ameaçados ou violados, ainda hoje e não raramente, é marcada por um atendimento prolongado e despersonalizado. Nesse contexto surgem estudos nacionais e internacionais referentes ao impacto da institucionalização no desenvolvimento cognitivo, e emocional e social dos acolhidos.

O psicólogo Urie Bronfenbrenner (1996), em seu livro “A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados” defende a ideia de que o desenvolvimento humano ocorre e é influenciado por um contexto ambiental, denominado pelo autor como “ambiente ecológico”.

Este abrange a atuação ativa da pessoa em desenvolvimento, a influência direta e indireta de outros indivíduos, objetos, espaços e convenções sociais. O ambiente ecológico é composto pelo encaixe de estruturas interdependentes, organizadas nos seguintes níveis: microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. A organização das estruturas do ambiente ecológico esta demonstrada na figura 07.

Figura 7 - Estruturas do ambiente ecológico



Fonte: Bronfenbrenner, 1996; Savi, 2008. Adaptado pelo autor, 2018.

O microsistema diz respeito às influências próximas, isto é, a influência das atividades dos papéis e das relações interpessoais existentes em um ambiente com características físicas e materiais específicos. A instituição de acolhimento é o microsistema central do ambiente ecológico dos acolhidos, onde eles desempenham diversas atividades e interações com outras crianças e adultos (YUNES; MIRANDA; CUELLO, 2004; SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006).

O mesossistema é a associação de dois ou mais microssistemas, nos quais o indivíduo participa ativamente. Para os acolhidos, o mesossistema é composto pela escola, pela instituição de acolhimento e pelos amigos da vizinhança, por exemplo.

O exossistema diz respeito ao impacto das circunstâncias nos quais o indivíduo não atua de forma ativa, como as decisões tomadas pela coordenação da entidade de acolhimento.

Por último, o macrosistema se refere à conexão de todos os níveis anteriores vinculados aos valores ideológicos e culturais da sociedade em questão. As políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social exemplificam a influência desse sistema.

Bronfenbrenner (1996) afirma que um ambiente físico e social que permita o indivíduo executar atividades significativas, favoreça as interações recíprocas e a criação de vínculos afetivos, conseqüentemente, tem seu potencial de desenvolvimento elevado. Logo, a instituição é um ambiente onde inúmeras atividades e interações podem ocorrer, favorecendo, por conseguinte, a criação de relações interpessoais recíprocas, de equilíbrio de poder e afeto, conforme Siqueira e Dell'Aglio (2006).

Tizard e Rees (1974) demonstram que quando as condições institucionais são melhoradas, oferecendo qualidade no ambiente físico e cuidado no atendimento, o pleno desenvolvimento das crianças e dos adolescentes torna-se possível, somado a esse aspecto, Rizzini e Rizzini (2004) e Vectore e Carvalho (2008) ressaltam a importância das crianças e dos adolescentes terem voz ativa nas entidades de acolhimento.

No caso da qualidade ambiental, a arquitetura adquire um papel de extrema relevância. Medidas como a criação de espaços lúdicos para brincadeiras, individuais para a guarda de objetos pessoais e espaços ao ar livre para recreação, entre outras áreas confortáveis, que serão detalhadas no próximo tópico, podem reduzir os efeitos da longa permanência institucional. É preciso que os projetos favoreçam diálogos, troca de experiências, sentimento de bem-estar e segurança física e emocional (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006; CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007).

Mello (2004) e Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) alertam para o fato de que as instituições de abrigo podem, portanto, compor uma dualidade entre proteção e riscos. Riscos podem ocorrer especialmente quando esses locais reproduzem traços das chamadas instituições totais, como o atendimento massificado, a repressão de intimidade, a imposição de rótulos, o limite às oportunidades e às escolhas pessoais.

É fundamental compreender que a instituição atua como a morada das crianças e adolescentes em risco pessoal e social, mesmo que por um limitado período de tempo. Desse

modo, deve respeitar as características individuais de cada acolhido, bem como suas opiniões, autonomia, necessidade de cuidado e carinho, de forma a potencializar as condições para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos mesmos (LUVIZARO e GALHEIGO, 2011).

2.5.1 Arquitetura e Psicologia

Aliar aspectos técnicos, físicos e psicológicos é dever do arquiteto, segundo o renomado arquiteto finlandês Alvar Alto (1982). Esse pensamento se concretizou especialmente após o início da “nova” fase do Modernismo, caracterizada por um maior interesse na ampliação dos métodos racionais do Modernismo. O intuito era resolver problemas psicológicos e humanos dos projetos.

A colaboração entre arquitetura, urbanismo e psicologia oferece múltiplas possibilidades de projeto, especialmente com a Psicologia Ambiental. Como resultado dessa interdisciplinaridade, tem-se uma maior aproximação do projeto ambiental com o seu próprio usuário, o que influencia diretamente na qualidade de vida e no conforto psicológico do sujeito (DEL RIO, 2002).

A Psicologia Ambiental procura compreender como o indivíduo percebe e lida com seu ambiente e como o contexto ambiental age sobre o seu comportamento. Os aspectos físicos do local são priorizados, já que a ação humana se altera de acordo com o espaço onde a pessoa está (MOSER, 1998; CAMPOS-DE-CARVALHO, 2006). Para Moser (1998, p. 6), “o descontentamento do indivíduo com o seu ambiente pode facilitar a emergência de certas doenças, sejam mentais ou físicas”.

Tuan (1993) faz uma interessante analogia entre a Arquitetura e a linguagem, afirmando que assim como as palavras possuem e conservam os sentimentos e sem elas as emoções são momentâneas, na ausência da Arquitetura, os sentimentos sobre os espaços permanecem indefinidos e efêmeros. Sob essa perspectiva, entende-se o porquê do meio ambiente construído, tal como a linguagem, ser capaz de definir e aperfeiçoar a sensibilidade, aguçar e expandir a consciência humana.

Ainda com base em Tuan (1993), o meio ambiente construído estabelece as funções sociais e as relações existentes nele e com ele, pois cria condições para que as pessoas se identifiquem e atuem de uma determinada maneira. Em outras palavras, a arquitetura possui uma ligação estreita com o comportamento humano e com o modo pelo qual os indivíduos percebem seu ambiente.

2.5.2 Apropriação espacial

Cavalcante e Elias (2011, p. 63) definem a apropriação como “um processo psicossocial central na interação do sujeito com seu entorno por meio do qual o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu”. Segundo as autoras, a apropriação espacial ocorre quando o indivíduo modela um ambiente de acordo com as suas necessidades.

Para o arquiteto holandês Herman Hertzberger (1999), na concepção de um projeto de arquitetura, urbanismo ou design pode-se criar condições para que aflore um maior senso de responsabilidade e envolvimento dos usuários com o arranjo e com a mobília do espaço.

Uma das maneiras utilizadas e sugeridas pelo arquiteto para favorecer a apropriação em ambientes nos quais a permanência é temporária – como são os abrigos institucionais – é deixar alguns componentes inacabados para que os próprios usuários os completem conforme suas preferências ou criar elementos que pode ser manipulados de diversas maneiras. Assim, os usuários tornam-se moradores.

2.5.3 Espaço e Lugar

A percepção ambiental e a maneira pela qual o homem reage aos estímulos existentes terão grandes influências na conexão do sujeito com o seu meio. Como consequência desses processos perceptivos, o indivíduo expressará ou não vínculos afetivos com o ambiente, definido, desse modo, o que é espaço e o que é lugar (SAVI, 2008).

Yu-Fu Tuan (1983) em seu livro “Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência” afirma que esses conceitos estão interligados e que frequentemente a ideia de espaço se funde com a ideia de lugar. De acordo com o autor, o primeiro significa liberdade, enquanto o segundo, segurança. O ser humano está ligado ao lugar, mas almeja o espaço.

Os lugares são centros nos quais as pessoas atribuem valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas do homem (comer, dormir, descansar). A ideia de espaço é mais abstrata do que a de lugar. O que se inicia como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o homem conhece esse ambiente e o dota de valor (TUAN, 1983).

Reis-Alves (2007) concorda com o arquiteto Christian Norberg-Schulz quanto à seguinte definição de lugar: “O lugar é a concreta manifestação do habitar humano”. O espaço se torna lugar no momento em que ele é ocupado pelo homem, de forma física e simbólica.

De acordo com Felipe (2010), a criação de espaços deve superar a realidade concreta de matéria para que nasçam lugares. Lugares esses que, na visão da autora, também são os verdadeiros espaços do habitar, capazes de serem significativos para os seus usuários. Resumindo, o “espaço” é neutro, pensado de forma geométrica e abrangente, enquanto o “lugar” é o espaço ocupado e dotado de valor pelo homem.

Segundo Tuan (1983), as crianças possuem noções gerais de espaços e lugar, sendo suas referências espaciais limitadas em comparação aos adolescentes e adultos. O primeiro “lugar” do bebê é seu cuidador primário. O crescimento da criança é acompanhado por uma transição do apego e dependência de pessoas importantes para o apego em objetos e finalmente em lugares.

Para as crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou ameaçados é fundamental que o sentido de lugar e o ambiente familiar sejam resgatados. Um dos meios para isso é favorecer a socialização dos acolhidos e oferecer espaços onde se sintam seguros e confiantes a fim de que sua autonomia seja desenvolvida continuamente.

É importante ressaltar que a instituição de acolhimento nunca equivale à família, mas o ambiente familiar, a possibilidade de o espaço converte-se em lugar e o sentimento de lar pode aparecer em alguns dos espaços físicos das entidades (BRONFENBRENNER, 1996; SAVI, 2008).

2.5.4 Abrigo e as sugestões da Arquitetura e Psicologia

As recomendações da Arquitetura e da Psicologia para os abrigos institucionais podem contribuir no bem-estar, na sensação de pertencer a um lar e na socialização das crianças, adolescentes e funcionários. Contudo, é preciso que haja um total comprometimento da administração da entidade em apoiar e proteger os acolhidos, de acordo com Savi (2008).

Assim, a Arquitetura deve também ser um estímulo para que o corpo administrativo da instituição trabalhe adequadamente e motivado, visando bons atendimentos e bons acolhimentos. Em um projeto arquitetônico, não numerosos os aspectos que devem ser cuidadosamente pensados, como: materiais, iluminação, escalas e muitos outros. Aspectos que, direta ou indiretamente, impactam na percepção e no comportamento humano.

Em relação à escala é importante que as dimensões do espaço não ultrapassem o necessário. Hertzberger (1999) argumenta que as coisas devem ser articuladas a fim de que se tornem menores, pois quanto maior a articulação de um espaço, menores são suas dimensões

e maior é seu potencial de uso, isto é, diferentes atividades podem ser executadas simultaneamente por grupos pequenos.

Para Hertzberger (1999, p. 194): “A articulação conduz, portanto, à ‘expansão da capacidade’ e, assim, a um rendimento maior do material disponível”. Acrescenta ainda que os projetos só devem ser grandes quando forem formados por um conjunto de unidades reduzidas, já que dimensões exageradas provocam sensações de distancia e fragmentação.

Segundo Bronfenbrenner (1996), o ambiente físico das entidades de acolhimento não devem restringir as oportunidades de locomoção e deve possuir uma variedade de objetos para as crianças utilizarem nas suas atividades. Ademais, o autor afirma que a brincadeira, a fantasia e os jogos constituem-se como importantes fatores no desenvolvimento cognitivo das crianças.

No que se refere aos jogos, Mantilla (2011) afirma que eles refletem psicologicamente o cotidiano do homem, fazem parte de todas as culturas, carregam a ideia de ação, possuem regras específicas e estão sempre relacionados com sensações. O jogo pode ser parte do lúdico, porém, nem tudo o que é lúdico é jogo.

Lúdico é um conceito amplo, que perpassa os limites dos jogos e das brincadeiras, deve tornar-se uma dimensão do desenvolvimento humano. Pode ser considerado como uma necessidade básica da mente e do corpo. As atividades que envolvem ludicidade são voluntárias, precisam de decisão própria.

O termo refere-se à necessidade humana de sentir, expressar, comunicar e produzir emoções primárias (rir, gritar, chorar, gozar) orientadas ao entretenimento, diversão e lazer. Se aceitarmos essa definição, será entendido que a diversão tem um número ilimitado de formas, meios, e satisfações [...] (MANTILLA, 2011, p. 125).

O lúdico está envolvido com o próprio sentido da vida e com a criatividade humana. Permite a criação de espaços ricos em estímulos visuais e sensoriais, através da variedade de cores, formas, linhas e escalas. É preciso que as atividades lúdicas permaneçam presentes da infância até a idade adulta, já que facilitam a aprendizagem, que é um processo constante na vida de todos (MATILLA, 2011).

Ao conceito de lúdico, acrescentam-se outras definições estudadas neste tópico, como apropriação espacial e a transformação de espaços em lugares, que são ferramentas valiosas no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças e dos adolescentes. A figura 08 traz exemplos de espaços lúdicos que podem estimular em seus usuários a apropriação espacial, a criatividade, a socialização e inúmeras atividades de entretenimento.

Figura 8 - Praça Infantil Iguatemi, Studio MK27 + Eduardo Gurian + Marcio Tanaka



Fonte: ArchDaily (2014).

Considerando que a ludicidade é uma das condições essenciais para o aprendizado, para a criatividade e para as emoções e que as atividades lúdicas dependem de uma motivação para serem iniciadas, as instituições de acolhimento devem oferecer espaços que favoreçam os exercícios lúdicos e suas conseqüentes sensações, como prazer e diversão.

2.5.5 Arquitetura e ambiente

O questionamento sobre a qualidade de vida no ambiente construído para um abrigo infantil vem sendo alimentado por pesquisas na área da arquitetura e da psicologia ambiental, manifestando a necessidade de um olhar mais atento às relações pessoa-ambiente.

Em uma edificação destinada às crianças deve-se constatar adequação às necessidades infantis, além das relações das medidas. Dessa forma, é necessário que as edificações possam ser modificadas ao longo dos anos, além de considerar o conforto ambiental, condições térmicas, luminosas e acústicas, que variam comprometendo o bem estar e o aproveitamento didático das pessoas que estejam nesses ambientes.

Um espaço e o modo como é organizado resulta sempre das ideias, das opções, dos saberes das pessoas que nele habitam. Portanto, o espaço de um serviço voltado para as crianças traduz a cultura da infância, a imagem das crianças, dos adultos que a organizaram; é uma poderosa mensagem do projeto educativo concebido para aquele grupo de crianças (Serodio; Steinle).

Antes de projetar um ambiente ou um espaço, traz-se essa discussão para caracterizar e definir o conceito de espaço e ambiente. Pensar o espaço é, portanto, compreender as questões físicas materiais como os elementos de cor, texturas, piso, altura de janelas, altura das maçanetas das portas, os móveis, a louça do banheiro (torneira, cuba, vaso sanitário, porta toalhas, entre outros), a dimensão métrica das salas, corredores, refeitórios, banheiros, hall de entrada; a interligação entre estes espaços; o desenho arquitetônico e suas formas (Serodio; Steinle).

Boa parte da vida das crianças fica restrita às edificações, cuja função, primordialmente, era fornecer proteção e abrigo. Porém, atualmente, é nos ambientes construídos que elas vivem, estudam, brincam e realizam grande parte das atividades do seu dia-a-dia (Sodré, 2005).

Para Piaget (1999), a percepção infantil é muito aguçada, as crianças estão sempre de olho ao seu redor a fim de descobrir o mundo. Em relação ao espaço que frequentam, a percepção é o fator mais importante, pois relaciona a criança com seu meio ambiente. O ser humano observa e percebe o espaço por meio dos sentidos e qualquer informação é obtida pela percepção.

A arquitetura racional, resultante de um processo intelectual, revela para o adulto uma correspondente beleza, porém para a criança, ela é vazia e muitas vezes assustadora. Como seria, por exemplo, ambientes hospitalares: ao adentrar em uma local totalmente minimalista, para o adulto seria sinônimo de limpeza, de clareza, segurança, etc., mas para a criança seria um ambiente intimidador, inseguro e amedrontador. O que desencadearia uma reação negativa toda vez que fosse necessário voltar ao local. Para a criança o puro, o neutro, sem detalhe, sem cor, induz ao tédio (Niehues; Souza, 2015).

Ao projetar para esse público, o profissional deve salientar nesses ambientes estímulos ao desenvolvimento da criatividade e da fantasia, oferecendo a ele o reconhecimento como integrante do mundo que vive. Buscam-se qualidades que deem ao ambiente a possibilidade de apoiar as atividades que serão desenvolvidas em seu interior (Carvalho; Souza, 2008).

Zamberlan (2006) afirma que: “Importante é garantir que todos os espaços promovam o desenvolvimento global da criança, sua autonomia, liberdade, socialização, segurança, confiança, contato social e privacidade”.

Segundo Montessori (1983), por meio do ambiente as crianças não somente habitam e refugiam-se, mas também; veem formas, ouvem sons, sentem-se agradáveis ou não. O espaço faz ter a percepção das características sentimentais dos elementos que o compõe. A dimensão perceptiva está na qualidade dos ambientes, no seu potencial de comunicação: o espaço

afetivo, o espaço como linguagem. O objetivo está em atingir o equilíbrio psicológico em relação ao equilíbrio físico; a ideia de conforto mental x arquitetura.

O mundo infantil é colorido. O uso das cores é importante. Os ambientes podem alcançar a expressividade que se busca com o uso de uma luz artificial de cor. A magia das cores tem uma ligação direta no desenvolvimento da criança. Estímulos decorrentes da presença de luz colorida podem contribuir para o aprimoramento da capacidade de diversas funções da criança, como por exemplo, a timidez. Isso acontece porque a criança é completamente influenciada pelas cores desde a fase inicial de vida, estendendo-se por muitos anos. As cores alegres e vibrantes comprovadamente chamam a atenção do pequeno. Por esse fato, o arquiteto deve estudar e usar do “mundo colorido” como peça importante, também nos ambientes que as crianças frequentam (Arnheim, 2002).

Para Niehues e Souza (2015), o espaço para a infância é uma estrutura de oportunidade, é uma matéria que dificultará ou favorecerá o processo de crescimento e desenvolvimento. O ambiente poderá ser estimulante ou limitante, em função do nível de congruência que forem colocados em prática os conceitos arquitetônicos.

2.5.6 Atividade prática aplicada sobre a percepção de arquitetura como lugar e projeto participativo


A partir da conceituação teórica, foi desenvolvida uma atividade prática (fig. 09) com parte das crianças acolhidas na Casa-Lar de Carmo da Cachoeira, com faixa etária entre 8 e 12, com a finalidade de entender como eles veem uma arquitetura que reflita a identidade delas. Alguns pontos foram observados durante a atividade, como: necessidade de espaços de brincar (parquinho, quadra, piscina e brinquedoteca); nos desenhos também se percebe forte presença de jardins e cores contrastantes – quando retratada a atual instituição de acolhimento, ela era basicamente branca e cinza –, apontando uma aspiração por uma arquitetura mais lúdica e que reflita a identidade do grupo, que contenha vazios e cheios, combinado a usos que possam adaptar-se de acordo com necessidades diversas.

De modo geral, há o anseio por uma arquitetura mais inspiradora e que reflita as características dos acolhidos e despertem neles o sentimento de pertencimento, mesmo que a permanência seja de certa forma temporária. Quando se está em um lugar que nos identificamos, toma-se o lugar para si, e então cuidamos e o mantemos bem.

Figura 9 - Atividade prática



Fonte: O autor (2018).

 **3.0**

REFERENCIAS PROJETUAIS



3.1 Casa para crianças órfãs com necessidades especiais da Casa Kisito

Figura 10 - Vista da Casa Kisito, fachada oeste.



Fonte: ArchDaily(2016).

3.2.1 Ficha técnica

- **Arquitetos:** Albert Faus
- **Localização:** Ouagadougou, Burkina Faso
- **Arquitetos colaboradores:** Ferran Grau, Miquel Feliu, Miquel Comadran, Octave Petit
- **Área:** 235,0 m²
- **Ano do projeto:** 2015
- **Fotografias:** Giovanni Quattrocolo, Albert Faus
- **Projeto estrutural:** Antoni Espona
- **Coordenação:** Llum Álvarez, Patricia Urdampilleta

3.2.2 O projeto

A Casa Kisito tem o objetivo de acolher bebês, de 0 a 24 meses de idade, que aguardam a oportunidade de serem adotados. A necessidade da construção de um novo espaço acolhedor surge com o grande número de crianças em permanência na casa, devido à chegada de crianças com alguma disfunção gerada por uma encefalopatia, tornando impossível encontrar uma família adotiva. Permanentemente no limite da capacidade, o espaço construído forçava bebês e crianças com deficiência dividirem os mesmos lugares de descanso, ocasionando no mau funcionamento, devido ao tratamento diferenciado e especializado que as crianças precisam.

O projeto e a construção da casa tentam amenizar as condicionantes próprias do clima local, como os prolongados períodos de altas temperaturas médias e as chuvas acompanhadas de fortes ventos no verão. Na fachada principal a leste levanta-se um grosso muro de pedra (figura 11), que forma uma tela protetora nas situações de tormenta e aderi a uma dupla cobertura superior (figura 12), que supera os limites da edificação em 2,5 metros, criando igualmente todo um perímetro sombreado que diminui a temperatura exterior imediata.

Figura 11 - Muro em pedra da Casa Kisito



Fonte: ArchDaily(2016). Modificado pelo autor (2018).

Figura 12 - Cobertura que avança os limites da Casa Kisito



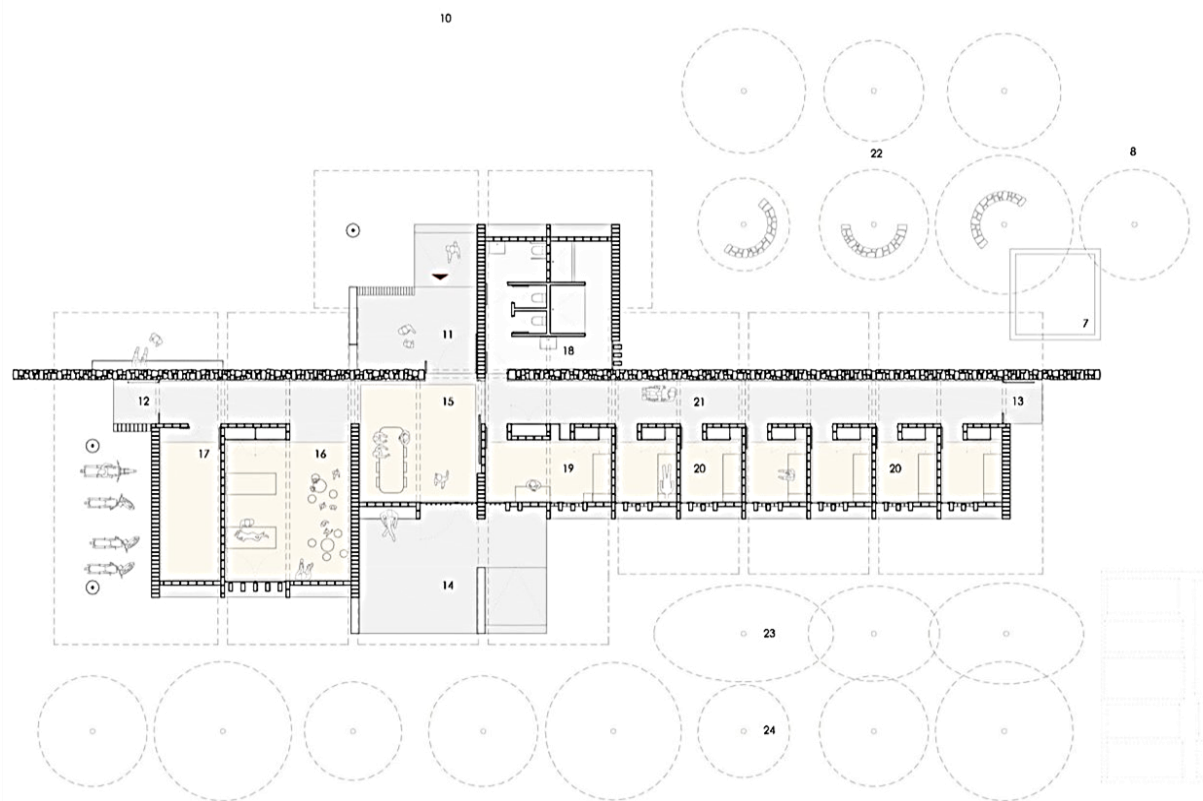
Fonte: ArchDaily(2016). Modificado pelo autor (2018).

Foram plantados diferentes alinhamentos de árvores de folhas perenes, perpendicularmente em relação à direção principal dos ventos, como o flamboyant - extrato arbóreo típico do país -, que além de umidificar o ar, permitem uma proteção em relação ao sol da tarde, o cajueiro, por possuir copas com arquitetura tortuosa e de diferentes portes, diminui a altura a uma escala mais correta em relação às crianças, fornecendo frutos em abundância, assim como as mangueiras (figura 13).

O interior da edificação se mantém franco graças às paredes, abóbodas e pisos de terra batida. As telas de proteção a insetos colorem as fachadas da casa e possibilitam as ventilações cruzadas de todos os cômodos liberando o ar quente por cima. Este efeito se acentua com as aberturas previstas nos extremos opostos do tal corredor (norte-sul), e na altura das varandas leste e oeste.

Dado o caráter social do projeto, a execução foi um processo conjunto entre arquiteto, fornecedores e comunidade, visando sempre um resultado final de qualidade e baixo custo.

Figura 13 - Implantação das dependências da Casa Kisito.



Fonte: (ArchDaily, 2016). Modificado pelo autor, 2018.

3.2 Casa Rana

Figura 14 - Vista da fachada frontal da casa de estudo nº8.



Fonte: ArchDaily (2015).

3.3.1 Ficha técnica

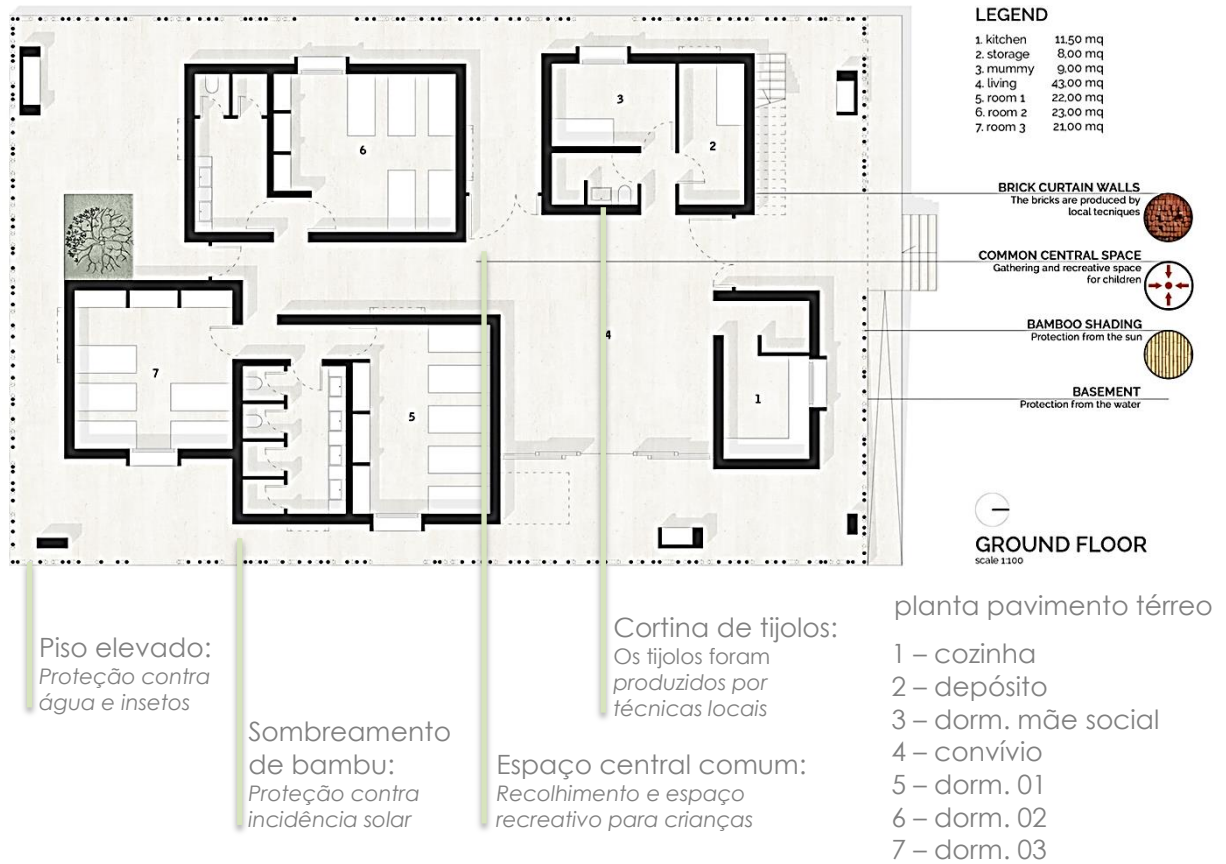
- **Arquitetos:** Made In Earth
- **Localização:** Tiruvannamalai, Índia
- **Equipe de projeto:** M. Cosenza, G.C. Genito, A. Palmieri, F. Scognamillo, A. Turchi, T. Varriale
- **Área:** 150,0 m²
- **Ano do projeto:** 2013
- **Custo do projeto:** 70.000 € - equivalem a R\$3.836,82 em conversão direta

3.3.2 O projeto

A Casa Rana (fig. 14) abriga 15 crianças HIV positivas e oferece-lhes atividades educativas e ensino profissionalizante. O programa de necessidades incluía, além de dormitórios para as crianças e para a mãe social – com guarda roupas embutidos – uma ampla área de convívio, cozinha, despensa, banheiros compartilhados e um pequeno escritório. Os arquitetos se inspiraram em cores vibrantes e em brinquedos de construção para distribuir os

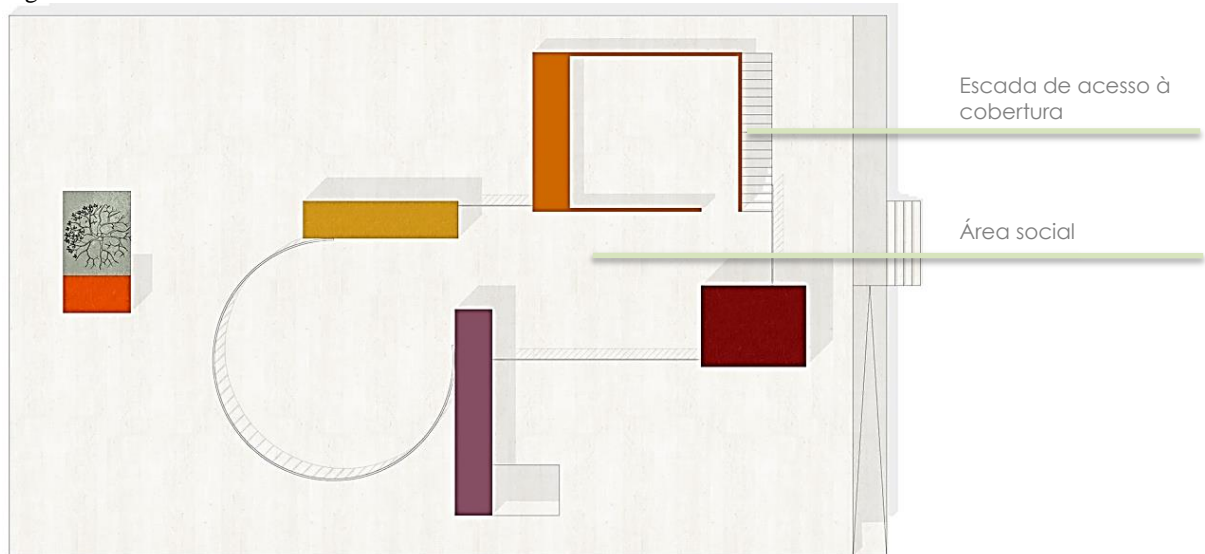
cômodos em 5 blocos (fig. 15, pag. 50; fig. 18, pag. 51) coloridos entre duas lajes planas – uma que é o piso elevado e outra que é a cobertura, por onde é possível caminhar.

Figura 15 - Planta baixa pavimento térreo da Casa Rana



Fonte: ArchDaily (2015); editado pelo autor (2018).

Figura 16 - Planta de cobertura da Casa Rana



Fonte: ArchDaily (2015), editado pelo autor (2018).

As claraboias e chaminés de ventilação natural foram locadas no interior dos volumes coloridos, que foram estendidos para cima da cobertura (fig. 16, p. 50), fazendo referências aos brinquedos modulares.

Uma escada com quatro degraus e uma rampa permitem o acesso à laje do piso e uma outra escada possibilita o acesso à laje da cobertura. Os espaços vazios internos, formados entre os blocos, definem a circulação horizontal, que propicia fluidez e variedade de fluxos. Há quatro portas que permitem a limitação da área íntima, isto é, que divide os espaços internos dos corredores, como mostra a figura 15, na página anterior.

O sistema estrutural é de pilar, viga e laje de concreto. Foram utilizados três tipos de revestimentos de piso, dois para ambientes internos e um para a área externa. As portas e janelas são de madeira. Um invólucro de bambu (fig. 17) delimita o edifício, criando um interessante jogo de luz e sombra.

Figura 17 - Efeito de luz e sombra derivado do brise



Fonte: ArchDaily (2015), editado pelo autor (2018).

Figura 18 - Ambiente de convivência entre os blocos



Fonte: ArchDaily (2015), editado pelo autor (2018).

Figura 19 - Envoltório de bambu nas fachadas



Fonte: ArchDaily (2015). Modificado pelo autor (2018).

Figura 20 – Fachadas leste e norte – respectivamente – e cortes da Casa Rana



Fonte: ArchDaily (2015). Modificado pelo autor (2018). Sem escala.

3.3 Casa Vellore

Figura21–Fachada frontal da Casa Vellore



Fonte: ArchDaily (2016).

3.4.1 Ficha técnica

- **Arquitetos:** Made In Earth
- **Localização:** Vellore, Tamil Nadul, Índia
- **Área:** 365,0 m²
- **Ano do projeto:** 2015
- **Custo do projeto:** 70.000 € - equivalem a R\$3.836,82 em conversão direta

3.4.2 O projeto

A figura 22 mostra a planta baixa da Casa Vellore (fig. 21), definida de acordo com o programa de necessidades, que incluía dormitório para a mãe social, acesso direto para o escritório e local para brincadeiras e convívio.

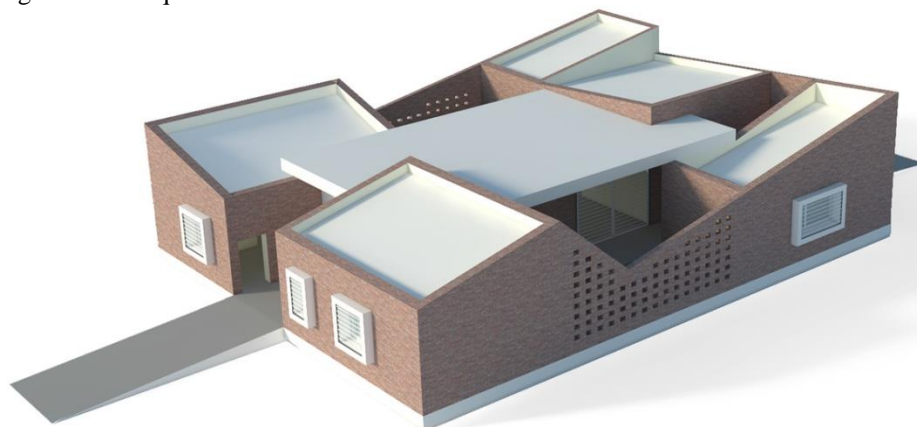
Figura 22–Planta baixa da Casa Vellore.



Fonte: ArchDaily(2016). Modificado pelo autor (2018).

Para atender as demandas existentes, os arquitetos distribuíram os espaços em cinco blocos: o que contém dois dormitórios, o administrativo e que abrange o dormitório da mãe social; outro dormitório; a área de serviço; e, por último, o espaço de convívio e jantar, que conecta todos os ambientes e permite que a mãe social fique atenta às crianças. A área de convívio pode se estender para os dois jardins internos, um mais coletivo – ligado à cozinha – e o outro um pouco mais privado, pois pode ser acessado pelo dormitório da mãe social e pelo dormitório 01.

Figura 23 - Maquete eletrônica da Casa Vellore.



Fonte: ArchDaily (2016).

Figura 24–Fachadas e cortes da Casa Vellore



Fonte: ArchDaily (2016). Modificado pelo autor (2018). Sem escala.

A cobertura é plana no espaço central e de uma água nos outros blocos, como pode ser visto na maquete eletrônica da figura 23 (pag. 54). As portas e janelas são de madeira branca, contrastando com a tonalidade dos tijolos. A figura 24 (pag. 55) mostra, nessa ordem, duas perspectivas, a planta baixa, algumas fotografias e as fachadas/cortes da Casa Vellore.

O sistema estrutural é de pilar, laje e viga de concreto. A alvenaria foi executada com tijolo Jaali, que é um material típico da região e que foi queimado em forno localizado a 500m da obra. O piso é de cimento queimado vermelho como apresentado na figura 25. No perímetro do edifício, os tijolos foram alternados (fig. 26 e 28) com o intuito de favorecer ventilação natural e, ao mesmo tempo, ser um elemento decorativo.

Figura 25 - Pátio com tijolos alternados



Fonte: ArchDaily (2016).

Figura 26 - Piso cimento queimado vermelho



Fonte: ArchDaily(2016).

Figura 27 - Fachada posterior da Casa Vellore



Fonte: ArchDaily (2016).

Figura 28 - blocos de Jaali alternados



Fonte: ArchDaily (2016).

3.4 Moradias Infantis – Fundação Bradesco

Figura 29 - Vista das Moradias Infantis, vila tipo.



Fonte: ArchDaily (2017).

3.1.1 Ficha técnica

- **Arquitetos:** Aleph Zero, Rosenbaum
- **Localização:** Formoso do Araguaia, TO, Brasil
- **Arquitetos responsáveis:** Adriana Benguela, Gustavo Utrabo
- **Equipe de projeto:** Adriana Benguela, Gustavo Utrabo, Pedro Duschenes, Marcelo Rosenbaum
- **Área:** 23.344,0 m²
- **Ano do projeto:** 2017
- **Fotografias:** Leonardo Finotti
- **Projeto estrutural:** Ita Construtora
- **Coordenação:** Metroll

3.1.2 O projeto

Moradias infantis apresenta uma tipologia de abrigo contemporâneo, evidenciando a preocupação que os escritórios autores do projeto tiveram em proporcionar grandes espaços, no intuito de aproveitar melhor a imensidão do cerrado e a infinitude do céu presentes na região central do país.

O projeto está localizado em uma região onde o clima é considerado tropical úmido e quente. Alvenarias em blocos de solo cimento com pequenas aberturas garantem e promovem uma ventilação cruzada, melhorando os espaços termicamente (figura 30).

Figura 30 - Vista do pátio com as alvenarias vazadas a esquerda.



Fonte: ArchDaily (2017). Modificado pelo autor (2018).

O projeto caminha na direção da transformação, do resgate cultural, do incentivo a técnicas construtivas locais, da beleza indígena e seus saberes, aliado à construção da noção de pertencimento, necessária ao desenvolvimento das crianças da escola de Canuanã. A nova organização em vilas fundamenta-se, em primeira instância, na necessidade de agregar valores a todo o complexo existente, assim como potencializar a ideia de pertencimento dos alunos, desmistificando o status da escola como espaço somente de aprendizado e transformá-la em um território com valor de lar.

Para isto, a nova morada se organiza fundamentalmente em duas vilas, uma masculina e outra feminina. A separação já ocorria anteriormente e foi mantida por motivos claros, porém neste novo momento as moradias não mais serão conformadas por grandes dormitórios, mas sim por 45 unidades de seis alunos cada (figura 31). Com este ato de redução do número de alunos por quarto, pretendemos melhorar a qualidade de vida das crianças, sua individualidade e, por consequência, seu desempenho acadêmico.

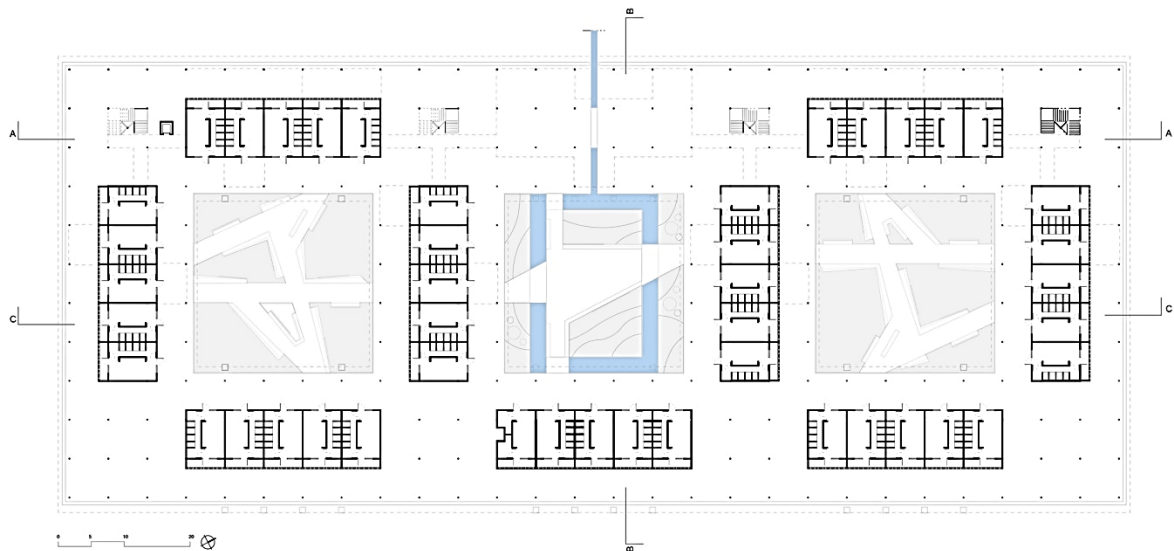
Figura 31 - Acomodações dos dormitórios.



Fonte: ArchDaily (2017). Modificado pelo autor (2018).

Contíguos aos dormitórios (fig. 32) estão os mais distintos espaços de convívio como sala de TV, espaço para leitura, varandas, pátios, redários entre outros. Todos estes novos programas complementares as moradas foram idealizados conjuntamente com os alunos no intuito de melhorar a qualidade de vida e refinar o laço entre alunos e escola. Desta maneira, além de abrigar um maior número de crianças, as novas vilas pretendem aumentar a autoestima das crianças através da utilização de técnicas locais, criando uma ponte entre as técnicas vernaculares e um novo modelo de habitação sustentável.

Figura 32 - Implantação térreo e primeiro pavimento – respectivamente – vilas tipo



Fonte: ArchDaily (2017).

3.5 Análise das referências projetuais


Após o estudo das referências projetuais, foram levantados pontos relevantes, que serão adotados no projeto em estudo.

- Casa Kisito:
 - Apropriação da identidade local;
 - Programa simples e eficiente;
 - Única cobertura que envolve espaços internos e externos;
 - Apropriação de elementos paisagísticos para promoção de ambientes confortáveis.

- Casa Vellore:
 - Uso de técnicas e materiais tradicionais;
 - Espaços para lazer com variedades de pisos;
 - Setorização definida e de fácil compreensão;
 - Ventilação cruzada.

- Casa Rana:
 - Uso de cores e formas atrativas;
 - Materiais alternativos / locais, como o bambu, proporcionando controle da insolação e, ao mesmo tempo, compor um jogo de luz e sombra;
 - Integração com a natureza;

- Moradias infantis – Fundação Bradesco:
 - Integração com a natureza;
 - Única cobertura que envolve todo o programa do projeto;
 - Volumes simples e puros;
 - Preocupação com o comportamento e a experiência dos usuários.

 4.0

OBJETODE ESTUDO



4.1 Contextualização da área de estudo

Para a implantação deste projeto foi selecionado a cidade de Carmo da Cachoeira, localizada ao sul de Minas Gerais. Com pouco mais de 506 quilômetros quadrados de área, estima-se que o município possua aproximadamente 12 mil habitantes, sendo quatro quintos destes, residentes da zona urbana (IBGE, 2010). Seu acesso principal é dado pela Rodovia Fernão Dias (BR-381), umas das principais do país.

O relevo do município é um pouco acidentado, possuindo altitude média de oitocentos e quarenta e quatro metros acima do nível do mar. Dentre os cursos d'água, destaca-se o Ribeirão do Salto que segue seu curso no sentido norte até desaguar no Ribeirão do Cervo, que por sua vez segue seu fluxo paralelo à Rodovia Fernão Dias até o Rio Grande em Ribeirão Vermelho.

O cultivo do café tem forte impacto econômico na cidade, o que a faz ter a segunda maior colheita da região, ficando atrás de Três Pontas. Tal cultivo é propiciado pelo clima ameno. A cidade faz parte ainda, do circuito turístico Vale Verde e Quedas D'água. Está inserida no município a Comunidade de Figueira, que agrega grande valor turístico devido às atividades por eles realizadas, acarretando em um satisfatório movimento econômico do comércio local.

Emancipada em 1938, Carmo da Cachoeira vem se desenvolvendo ao decorrer dos anos de forma tranquila, com foco no sentido urbano e social, onde algumas figuras tiveram papéis fundamentais a este processo. Dentre elas, destaca-se o cônego José Dias Machado que, dez anos antes da emancipação da cidade, tomou frente do desmanche da capela existente e construiu a matriz de acordo com as necessidades da igreja. O resultado é a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo (figura 33), que teve sua praça construída no ano de sua emancipação.

Figura 33 – Igreja Matriz localizada na Praça Nossa Senhora do Carmo.



Fonte: (ArchDaily, 2017).

4.2 Justificativa da escolha

A escolha da cidade que sediará este projeto foi norteadora por dois fatores principais: a proximidade ao contexto do pesquisador e a demanda real existente. Uma vez que a pesquisa tem se desenvolvido na cidade de Varginha (MG), a qual sedia a instituição de origem, foi buscado trabalhar em sua proximidade, visando facilitação ao deslocamento e levantamento de dados e maior compreensão do espaço, por estar inserido dentro do mesmo contexto geográfico em que se encontra o autor. Neste quesito, a cidade de Carmo da Cachoeira atende perfeitamente, situada a menos de 60 km de Varginha.

Para o segundo fator, buscou-se trabalhar uma demanda prévia que realmente existisse, evitando a criação de projetos muito utópicos, que não correspondesse com a realidade e a necessidade da região. Como há apenas um centro de acolhimento na cidade de Carmo da Cachoeira, mas que abriga um número superior à sua capacidade e o permitido pelas normas que regem o programa Casa Lar, a proposta visa colocar em prática os estudos desenvolvidos ao longo do curso de arquitetura e urbanismo, se configurando ainda em um desafio realista, uma prévia do que será encontrado posteriormente, no mercado de trabalho.

Segundo dados da assistência social do município, não tem como prever o número de abrigados que o instrumento possa acolher, a entrada de sujeitos ocorre de forma repentina. Usaremos a capacidade de vinte abrigados, fora os profissionais que estarão presentes

monitorando e acompanhando as atividades cotidianas do programa. Trabalharemos a possibilidade de possíveis ampliações caso o número de entrada seja superior à capacidade, destinando áreas passivas de expansão.

De acordo com o IBGE (2010), no ano de 2017 (dados elaborados através de projeções), existem no município 4.145 crianças e adolescentes entre homens e mulheres, com faixa etária de 0 a 19 residentes do município. As áreas com maior vulnerabilidade social dentro do município estão localizadas em áreas periféricas, que conseqüentemente apresenta a maior massa populacional.

Infelizmente não é viável a implantação de vários abrigos institucionais dentro do município. Devido a isso a implantação do novo instrumento ocorrerá na região central, de modo a tornar fácil o acesso dos acolhidos a instrumentos que cooperarão para a qualidade de vida, e abranger de modo geral as áreas periféricas da cidade, sem beneficiar diretamente uma delas.

4.3 Legislação Pertinente

Não existe legislação específica para a construção de abrigos ou repúblicas no território nacional, exceto as recomendações dispostas nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), elaboradas pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH), que norteia a implantação das instituições quanto a sua localização e aparência, de modo a não implicar no meio em que esta sendo inserido e não identificar a instalação com placas ou nomenclaturas, não estigmatizando os acolhidos. Fora as orientações técnicas, serão adotadas diretrizes estaduais e municipais, e o código de obras local.

A seguir são apresentados os principais trechos das leis pertinentes que irão impactar diretamente no projeto arquitetônico desta proposta.

4.1.1 Legislações municipais

Uma das principais leis que regem as diretrizes urbanas do município de Carmo da Cachoeira é a Lei nº 422, de 30 de novembro de 1968, a qual dispõe sobre o Código Municipal de Obras do Município de Carmo da Cachoeira e dá outras providências.

De acordo com ela, não foi imposto uma setorização definitiva para a implantação de abrigos institucionais, nem qualquer outra diretriz específica, definindo-o pelo Art. 20, “nenhuma obra ou demolição de obra se fará na cidade e vilas do Município sem prévia licença da Prefeitura e sem que sejam observadas as disposições do presente Código.” (LEI 422, 1968), e pelo Art. 21, “depende de previa aprovação, pela Prefeitura, dos projetos das respectivas obras, a licença para a construção, demolição, reforma, modificação ou acréscimo de edifícios ou de suas dependências, grades ou balaustradas, estes últimos no alinhamento do logradouro publico.” (LEI 422, 1968), sendo somente considerados definitivos os projetos carimbados e aprovados pela Prefeitura.

Ainda nesta lei, é definindo as medidas mínimas para a garantia de ventilação e iluminação necessária a cada cômodo, conforme o cap. IV, e quanto às partes componentes da construção, dispostas no cap. X.

4.1.2 Legislações estaduais

Apropriará das normas e leis do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, que regem saídas de emergência e decisões a serem tomadas quanto a situações de emergência.

4.1.3 Legislações federais

Serão adotadas resoluções da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), como a RDC nº 216 de 15 de Setembro de 2004 (ANVISA, 2004) e a que norteará as instalações da cozinha e da lavanderia, baseada nos parâmetros industriais, uma vez que não é exigida pelo programa estipulado no ECA (2009).

A NBR9050 que trata da acessibilidade das edificações, mobiliário e espaços (2015), será adotada na produção dos espaços, no intuito de produzir ambientes que abranjam um número maior de pessoas, sem segregá-las.

4.4 Análise e diagnóstico da área de intervenção – Área de abrangência

4.1.4 Localização

Figura 34 - Mapa de localização.



Fonte: O autor (2018).

Corno já foi apresentado na fundamentação teórico que as instituições se localizem em áreas residenciais, próximas de serviços de saúde, pontos de transporte público (quando houver), educação e lazer. Além disso, recomenda-se que as entidades não devam se distanciar geograficamente e socioeconomicamente da comunidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos, mas durante o processo de fundamentação, a questão foi levantada junto à equipe técnica do programa, aonde os mesmo chegaram à conclusão de que quanto mais distanciar das famílias e do meio problemático, melhor é para a recuperação dos acolhidos, resposta é justificada pela intenção de cada responsável em ter de volta ao seio familiar a criança ou adolescente, que dele foi retirado.

Quanto maiores forem os esforços e empenhos dos responsáveis em recuperar a responsabilidade dos menores, mais será positivo na avaliação dos assistentes sociais e psicólogos que acompanham o caso.

A primeira etapa para a escolha do lote foi verificar as áreas institucionais não edificadas da cidade – lotes vazios em posse do poder público municipal –, confirmar se essas áreas estão localizadas em bairros consolidados, ou seja, ocupada legalmente e com infraestrutura urbana adequada; e se atentar ao padrão socioeconômico do bairro, já que residências de alto padrão poderiam se distanciar da realidade dos acolhidos e dificultar a integração com a comunidade vizinha.

Na segunda etapa, a partir das diretrizes inicialmente definidas e baseadas no trabalho de Mello (2004), dois lotes foram escolhidos para serem estudados e analisados conforme os seguintes critérios:

- Entorno residencial: diferente das antigas instituições totais que eram implantadas em terrenos distantes da cidade, os abrigos institucionais remodelados e construídos após a promulgação do ECA devem se inserir em zonas residenciais;
- Proximidade de escolas e creches: é importante que as instituições de acolhimento estejam próximas de escolas e creches, pois são serviços essenciais de atenção às crianças e adolescentes, segundo Mello (2004). Além disso, a existência de instituições de educação no entorno das entidades pode favorecer a independência dos adolescentes, que podem caminhar até as escolas sozinhas ou com colegas;
- Proximidade de serviços de saúde: tal como as escolas, os postos de saúde são serviços fundamentais para a população. Portanto a proximidade da entidade de acolhimento a eles garante um atendimento médico ágil e eficiente nos casos de menor complexidade;
- Proximidade de equipamentos de lazer: espaços de lazer nos arredores dos abrigos contribuem com a socialização e participação das crianças e adolescentes na vida da comunidade local;
- Proximidade de áreas verdes: as áreas verdes com diferentes espécies de vegetação contribuem com o desenvolvimento cognitivo e psicológico das crianças e dos adolescentes, conforme Savi (2008). Além disso, o contato e a proximidade com a natureza podem favorecer a educação ambiental;
- Proximidade de comércio: a presença de estabelecimentos comerciais, como supermercados, mercados, padarias e farmácias, é importante em qualquer

bairro residencial, pois oferecem produtos utilizados frequentemente na manutenção e no cotidiano das residências.

A proximidade de pontos de ônibus, apesar de relevante, não foi incluída nos critérios de análise, uma vez que a cidade não dispõe dos serviços. Talvez um dos principais motivos seja o pequeno porte da cidade, que, até o momento, permite a locomoção necessária através de modais básicos, não motorizados (a pé e bicicleta).

A terceira e última etapa para a definição do lote constituiu em adaptar um sistema de pontuação proposto por Mello (2004), de acordo com a importância de cada critério de estudo e análise dos lotes. O quadro 01 mostra esse sistema de pontos. A pontuação total entre 24 e 30 pontos indica um entorno ótimo; 16 e 23 pontos, bom; entre 8 e 15, regular; e, entre 0 e 7 pontos, ruim.

Quadro 1 - Pontuação dos critérios de análise

CRITÉRIOS	PONTOS(MIN./ MÁX.)
Entorno residencial	0- 2
Proximidade de escolas e creches	0- 2
Proximidades de serviços de saúde	0- 2
Proximidade de equipamentos de lazer	0- 2
Proximidades de áreas verdes	0- 2
Proximidade de comércio	0- 2
Proximidade de igrejas e templos	0- 2
Topografia plana ou pouco acidentada	0-2
Total	0-30

Fonte: O autor (2018).

O acesso ao abrigo é feito pela Rua Dr. Moacir Carvalho (fig. 32 e33), pavimentada de mão dupla, com calçadas em ambos os lados da via que possuem medidas insuficientes, uma vez que precisam dividir o espaço de noventa centímetros com mobiliários urbanos.

Figura 35 - Rua Dr. Moacir Carvalho, vista leste



Fonte: O autor (2018).

Figura 36 - Rua Dr. Moacir Carvalho, vista oeste



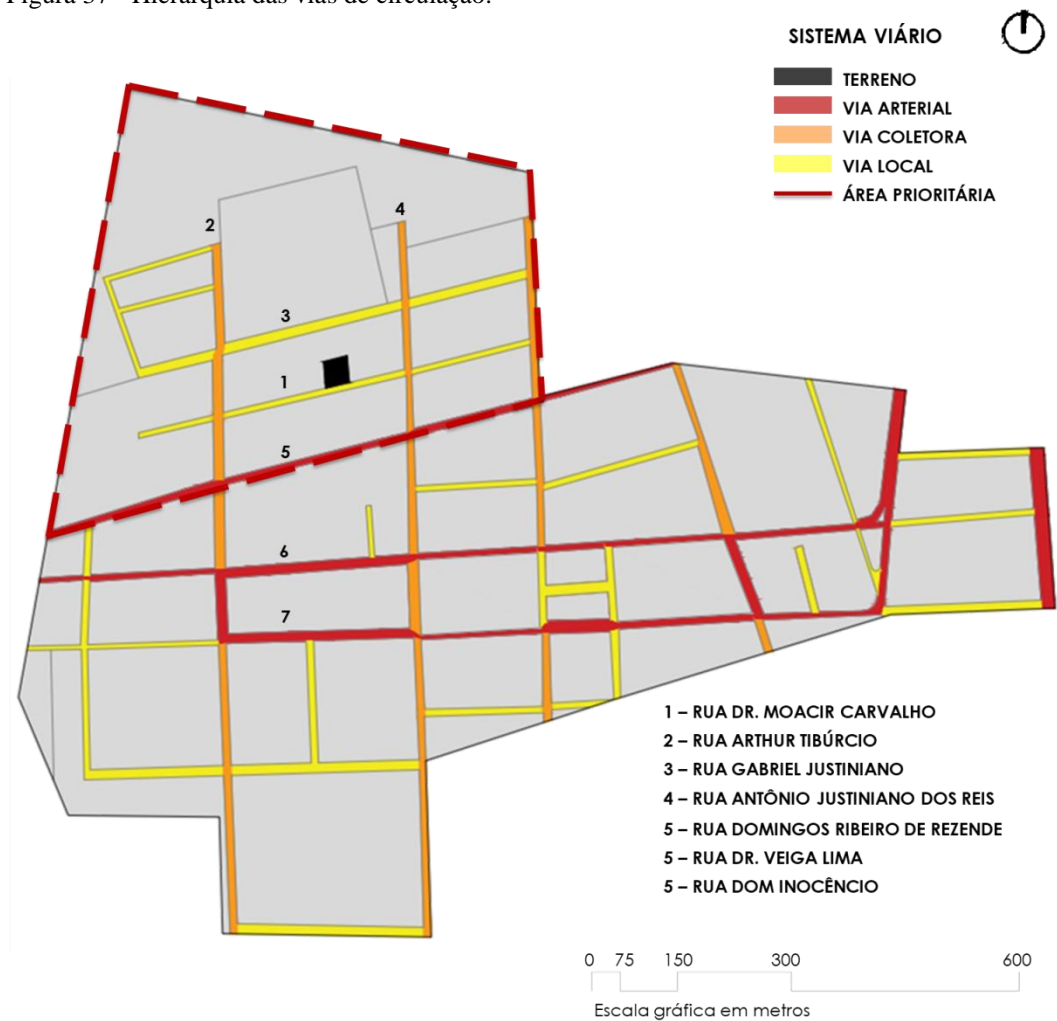
Fonte: O autor (2018).

4.1.5 Sistema Viário

Pelas informações presentes na figura 37, podemos perceber que o lote está situado em uma região de vias locais que garantem um fluxo baixo-médio de veículos. Próximo a ele – duas quadras ao sul – temos a principal rua da cidade, denominada Rua Dr. Veiga Lima, onde se localiza a maior parte da movimentação econômica da cidade. Outra observação é que essas vias locais possuem grande movimentação de pedestres, onde os moradores saem para fazerem caminhadas, passear com os animais de estimação e conviver com a vizinhança.

Todas as vias locais e coletoras descritas no mapa abaixo são de sentido duplo de circulação. As vias arteriais atuam como sentido único de circulação, com exceção da Rua Domingues Ribeiro de Rezende, um dos principais acessos que liga estradas vicinais à Rodovia Fernão Dias (BR-381), atua com sentido duplo de circulação, mesmo não oferecendo infraestrutura necessária para a função.

Figura 37 - Hierarquia das vias de circulação.

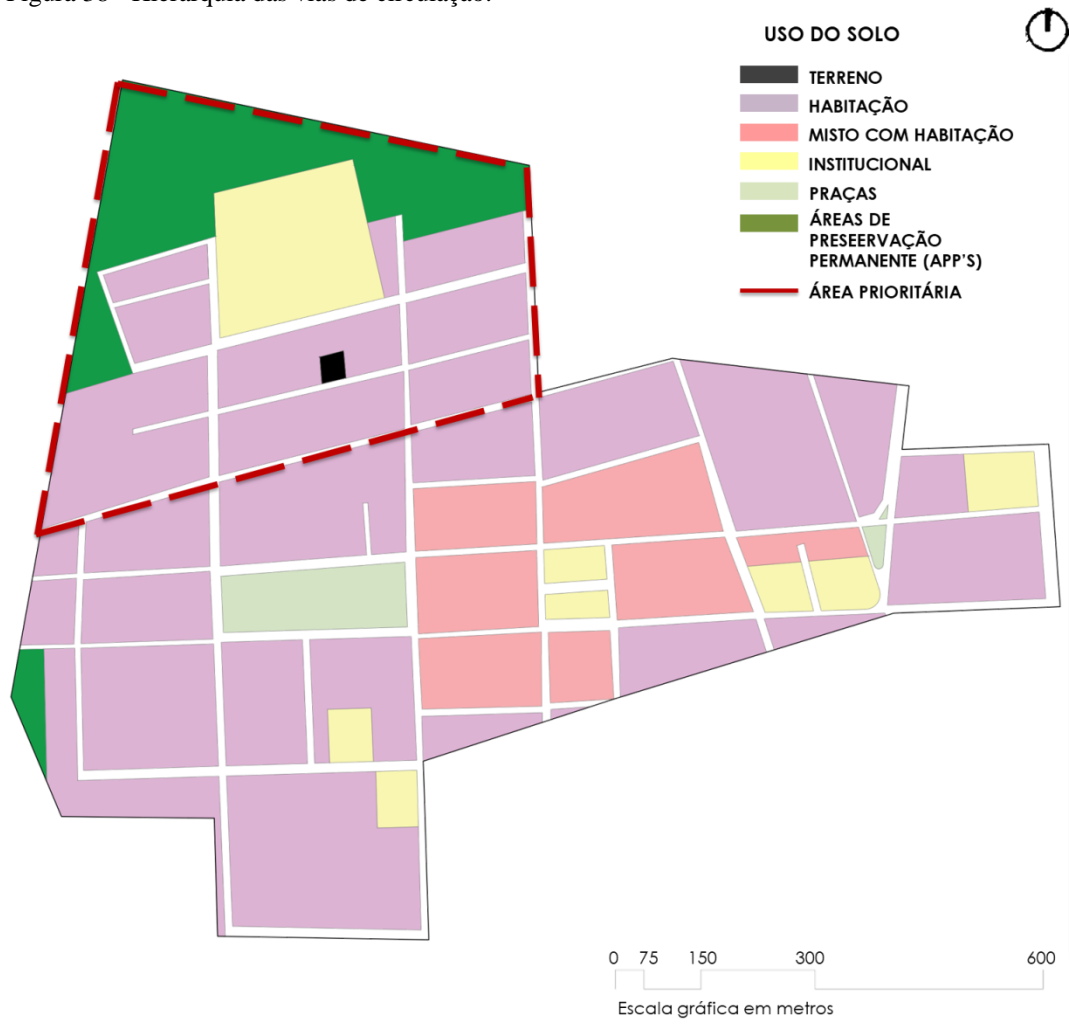


Fonte: O autor (2018).

4.1.6 Uso do solo

Nota-se a presença dominante de uso residencial (fig. 38) na área abrangente do diagnóstico. Áreas comerciais ou com uso misto com habitação predominam o perímetro central da cidade na Rua Dr. Veiga Lima e na Rua Dom Inocêncio. Ainda entre essas duas ruas têm a presença de praças, a igreja matriz Nossa Senhora do Carmo – Localizada na Praça do Carmo –. Mais próximo à área de localização do terreno, contamos com padarias, mercearias entre outros estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. O entorno prioritário é de uso exclusivamente residencial, justificando ainda mais a escolha pelo terreno.

Figura 38 - Hierarquia das vias de circulação.



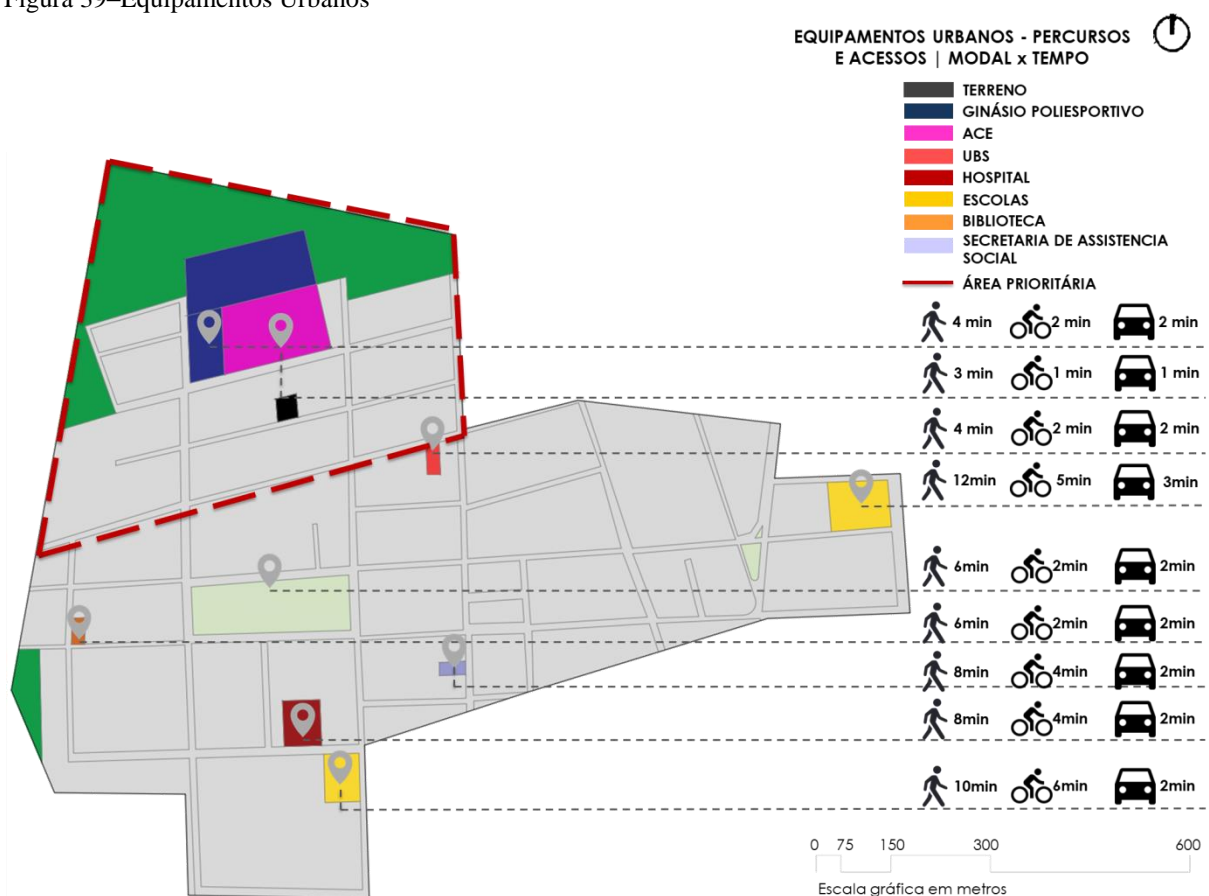
Fonte: O autor (2018).

4.1.7 Equipamentos

Em relação à proximidade de serviços de educação, saúde, esporte e lazer o lote se encontra muito bem localizado, conforme a figura 39, na página a seguir. Dentro da área de abrangência, nas direções sul e leste têm escolas que atuam de nível primário até o ensino médio, são elas as escolas Dr. Moacir Rezende (fig. 40) e a escola Pedro Mestre (fig. 41), a sudeste temos a Secretaria de Assistência Social do município (fig.42), ainda na direção sul temos Hospital Nossa Senhora do Carmo (fig. 43) e a Praça do Carmo (fig.44) que abriga a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, a sudoeste temos a Biblioteca Municipal Olavo Bilac (fig.45). Inserido no perímetro denominado Área Prioritária, a leste temos a Unidade Básica de Saúde ESF (fig. 46) e ao norte a Associação Cachoeirense de Esportes – ACE (fig.47) e o Complexo Esportivo Municipal (fig. 48), que abriga uma quadra poliesportiva e um campo de futebol, ambos com dimensões oficiais e infraestrutura necessária para atender a população.

As distancias dos percursos, distintos em três modais – a pé, bicicleta e automóveis – com relação ao tempo de locomoção, pode ser conferido no mapa abaixo.

Figura 39–Equipamentos Urbanos



Fonte: O autor (2018).

Figura 40 - Escola Dr. Moacir Rezende



Fonte: O autor (2018).

Figura 41 - Escola Pedro Mestre



Fonte: O autor (2018).

Figura 42 - Secretaria de Assistência Social



Fonte: O autor (2018).

Figura 43- Hospital Nossa Senhora do Carmo



Fonte: O autor (2018).

Figura 44 - Praça do Carmo



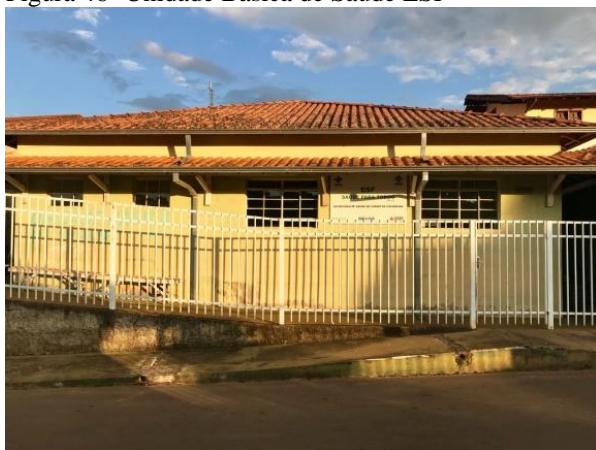
Fonte: O autor (2018).

Figura 45 - Biblioteca Municipal Olavo Bilac



Fonte: O autor (2018).

Figura 46- Unidade Básica de Saúde ESF



Fonte: O autor (2018).

Figura 47 - Associação Cachoeirense de Esportes ACE



Fonte: O autor (2018).

Figura 48 - Complexo Esportivo Municipal

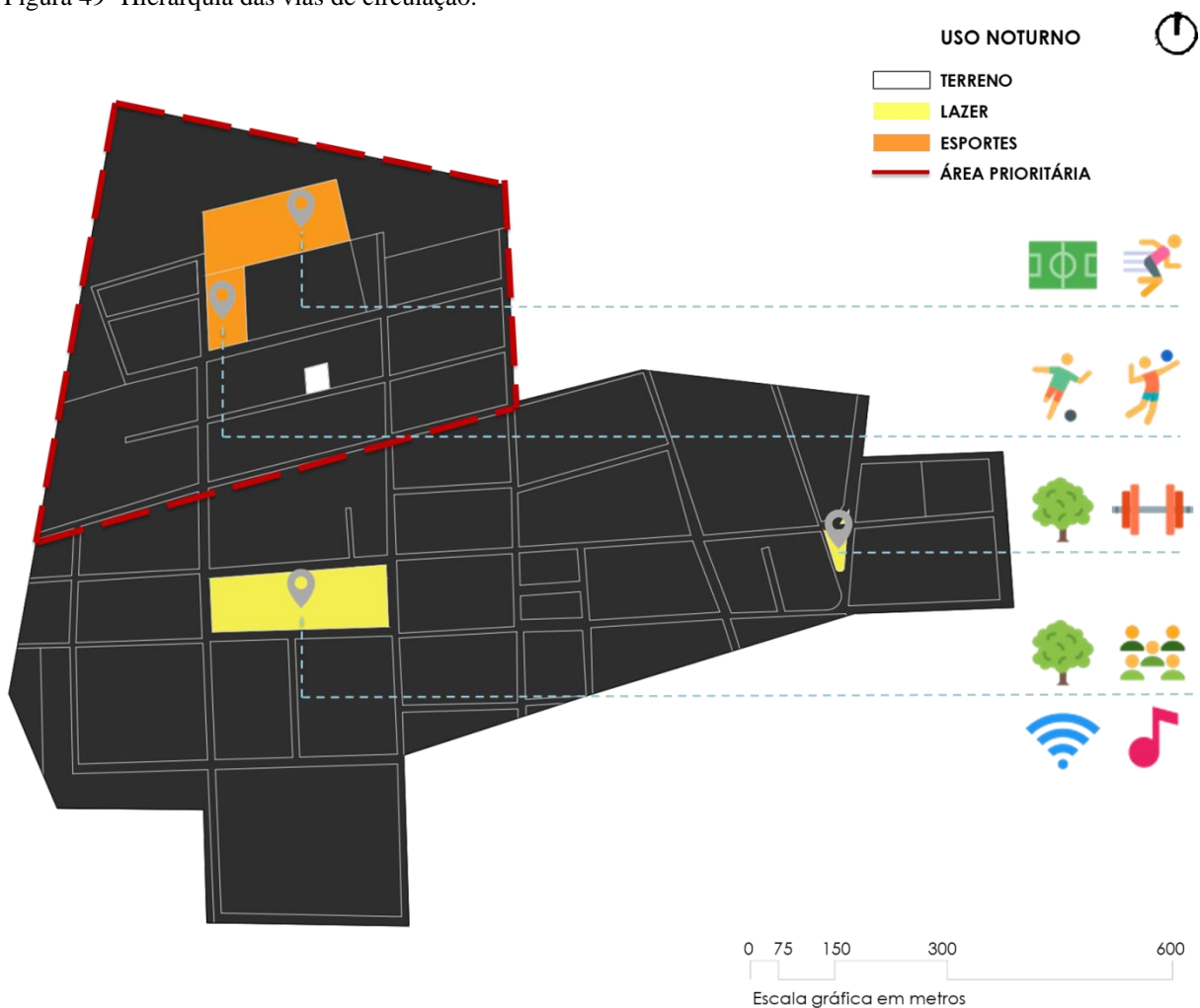


Fonte: O autor (2018).

4.1.8 Uso noturno

O uso noturno (fig. 49, p.74) dentro da área de abrangência evidencia a apropriação dos espaços em todos os horários do dia, sobretudo pela oferta de atividades esportivas pela Quadra poliesportiva Municipal e pelo Campo Municipal, que visam atrair a população trabalhadora que não pode usufruir das atividades realizadas durante os períodos da manhã e a tarde. A interação social se associa ao estilo de vida e a vida social se torna indispensável para os momentos de lazer das crianças e adolescentes em medida protetiva.

Figura 49- Hierarquia das vias de circulação.



Fonte: O autor (2018).

4.1.9 Área prioritária

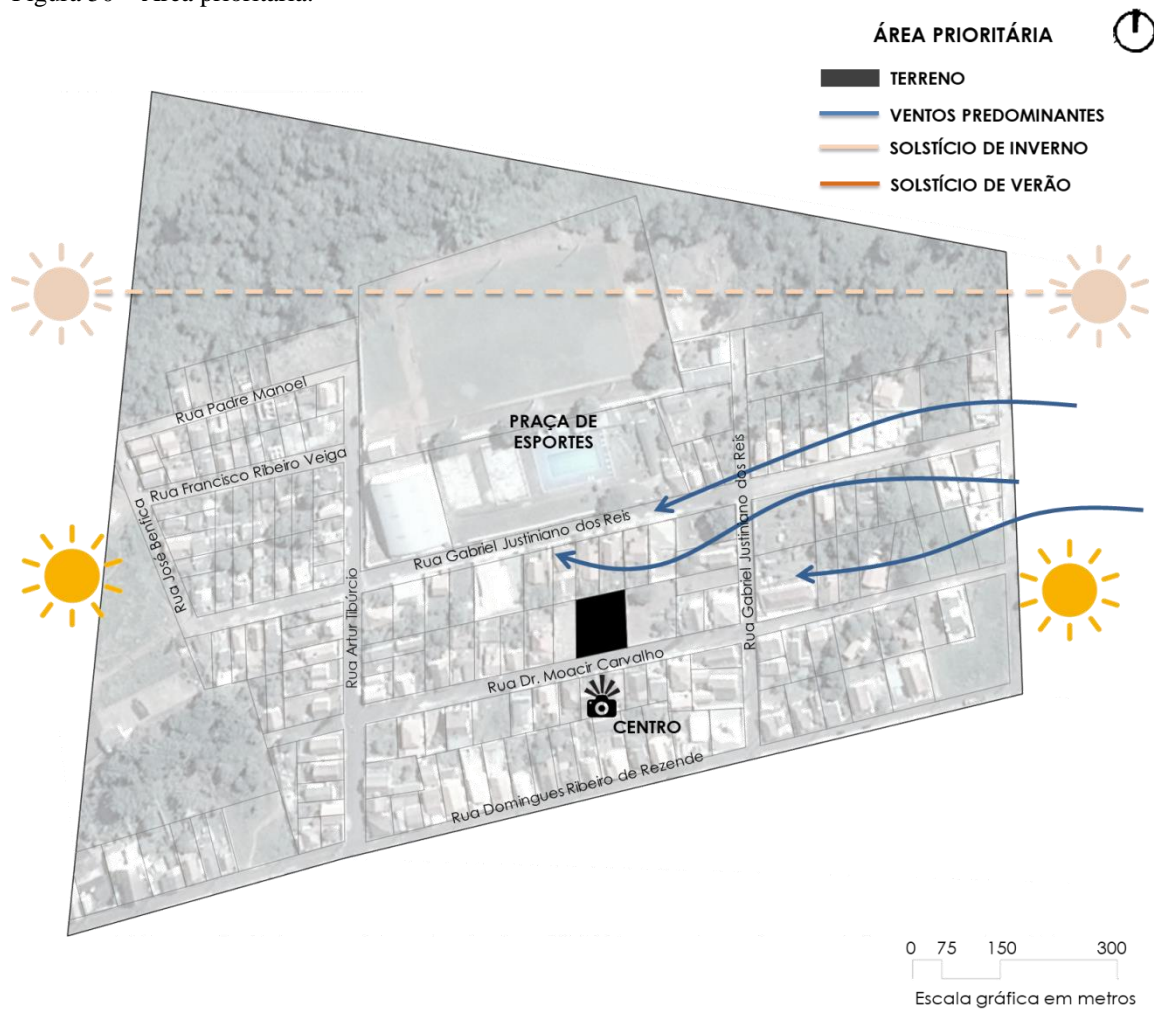
O lote escolhido localiza-se na Rua Dr. Moacir Carvalho (fig. 50 a 53), centro norte da cidade. Devido à localização de dois lotes, dispostos lado a lado, a área total de 720,0 m² e perímetro de 108,0 metros lineares foram delimitados para este trabalho. As residências no seu entorno prioritário seguem um padrão construtivo médio, não destoando, por conseguinte, da realidade das crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

Na vista leste do lote, há duas habitações unifamiliares, ao norte as construções que fazem divisa com o lote estão localizadas em um nível negativo de 5 metros em relação à cota mais baixa do terreno (00,00), e o confrontante a oeste é um terreno particular ainda não edificado.

De acordo com a figura 53 (p. 76), podemos analisar o desnível nas extremidades do lote, as dimensões dos confrontantes norte, sul, leste e oeste, os caminhos do sol nos solstícios

de verão e inverno, a direção predominante dos ventos, que são provenientes do nordeste. Abaixo temos imagens registradas pelo Autor em uma visita de campo.

Figura 50 – Área prioritária.



Fonte: O autor (2018).

Figura 51 - Os terrenos escolhidos.



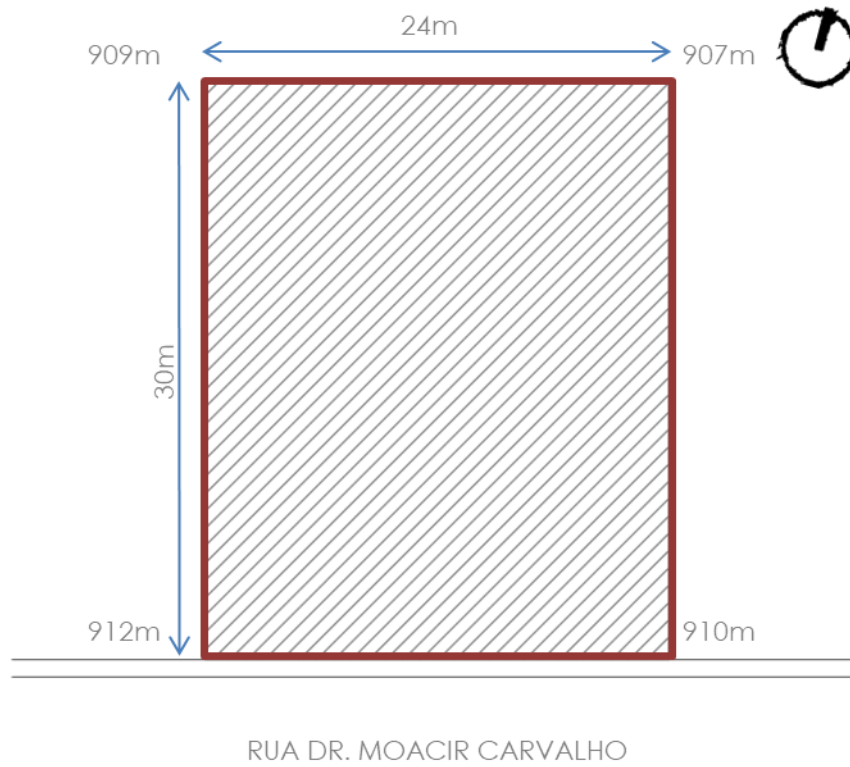
Fonte: O autor (2018).

Figura 52 - Panorâmica mostra a vista privilegiada localizada a norte.



Fonte: O autor (2018).

Figura 53 - Lotes escolhidos para a implantação do projeto

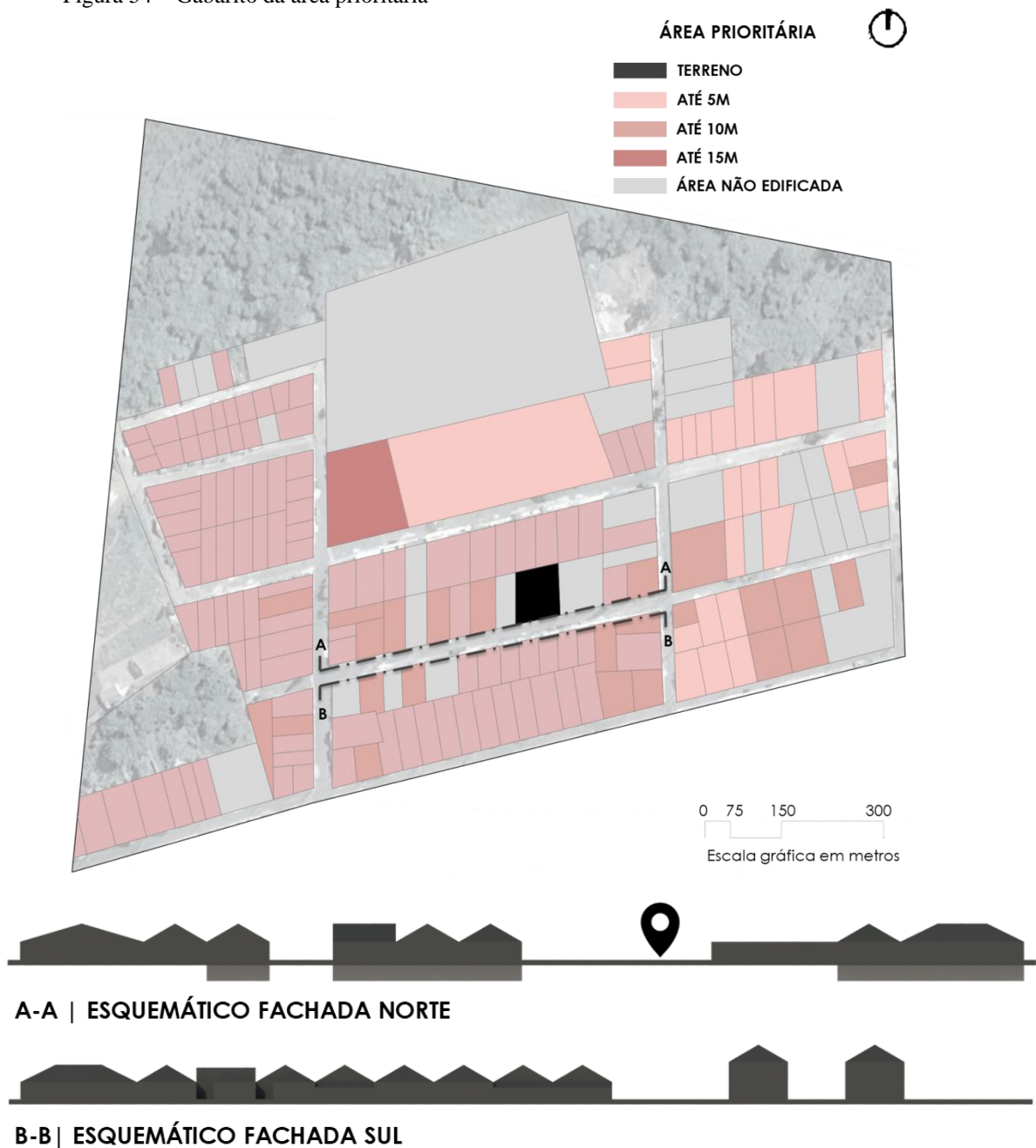


Fonte: O autor (2018).

4.1.10 Gabarito

No mapa de gabaritos (fig.54) observamos a predominância de edifícios baixos, com no máximo dois pavimentos, contando a apropriação dos subsolos. Como o lote está inserido neste espaço, as orientações técnicas sugerem que a edificação se aproprie dessa relação com a vizinhança em respeitar o gabarito por elas imposto. Como podemos observar no mapa, a única área edificada com altura superior à 10m é onde está localizado a Quadra Poliesportiva Municipal.

Figura 54 – Gabarito da área prioritária



Fonte: O autor (2018).

4.5 Programa de necessidades

A tabela 05 apresenta o programa de necessidades dos abrigos institucionais e a dimensão mínima dos espaços. Além de respeitar a legislação federal, estadual, e municipal, os projetos de instituições acolhedoras deverão estar de acordo com decretos e normas sobre acessibilidade, especialmente com as proposições da NBR 9050 (2015).

Tabela 5 - Programa de necessidades.

SETOR	QUANTIDADE	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	ÁREA INDIVIDUAL (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
Intimo Feminino	04	Dormitórios	Com medidas necessárias para atender questões de conforto e garantir a acessibilidade de até quatro usuários por espaço.	14,00	68,00 + 10% de área de circulação = 74,80
	02	Instalações Sanitárias	Localizadas dentro dos dormitórios de forma a funcionarem como semi-suítes garantindo maior privacidade e praticidade aos usuários de dois quartos. Uma unidade será destinada a atender as normas presentes na NBR9050.	6,00	
Intimo Masculino	04	Dormitórios	Com medidas adequadas para acolher os pais e/ou mães sociais que monitoram os acolhidos.	14,00	68,00 + 10% de área de circulação = 74,80
	02	Instalações Sanitárias	Localizadas dentro dos dormitórios de forma a funcionarem como semi suítes garantindo maior privacidade e praticidade aos usuários de dois quartos. Uma unidade será destinada a atender as normas presentes na NBR9050.	6,00	
Social	01	Sala Estar	Com área suficiente para acomodar os acolhidos e a equipe técnica, podendo atuar como espaço de reuniões coletivas.	50,00	206,00 + 10% de área de circulação = 226,60
		Sala de TV / Brinquedoteca	Destinado a momentos de descontração e relaxamento, comportará eletrônicos e brinquedos que auxiliam nas atividades dinâmicas.	50,00	
		Sala de Jantar	Espaço destinado para a realização de refeições.	50,00	
	02	Instalação Sanitária	Serão implantadas duas Instalações Sanitárias acessíveis na área social para uso comum, uma destinada ao publico masculino e outra para o publico feminino.	6,00	
	-	Área externa	Entende-se como espaços livres, passivos de diferentes formas de apropriação.	-	
	01	Sala de Estudos	Destinada à realização de atividades relacionadas com a educação escolar dos acolhidos.	50,00	
Serviços	01	Cozinha	Ambiente para preparo das refeições e pratica da culinária.	15,00	36,00 + 10% de área de circulação
		Dispensa	Abrigará mantimentos e utensílios usados na cozinha.	4,00	
	Lavanderia	Espaço onde será realizada a limpeza dos pertences dos acolhidos como roupas, calçados, acessórios, além dos materiais de limpeza e usados na edificação.	12,00		

		Depósito	Destinado para o abrigo de ferramentas de jardinagem e de manutenção da edificação.	5,00	= 39,60
Técnico	01	Sala de reuniões	Utilizada pela equipe técnica para a discussão de assuntos relacionados ao funcionamento do estabelecimento.	16,00	64,00 + 10% de área de circulação = 70,40
		S. A. Psicologia	Sala destinada ao atendimento dos acolhidos pelo profissional psicólogo.	16,00	
		S. A. Assistente Social	Sala destinada ao atendimento dos acolhidos pelo profissional assistente social.	16,00	
		Sala de Visitas	Sala destinada à reunião com familiares e responsáveis pelos sujeitos.	16,00	
Total					486,20

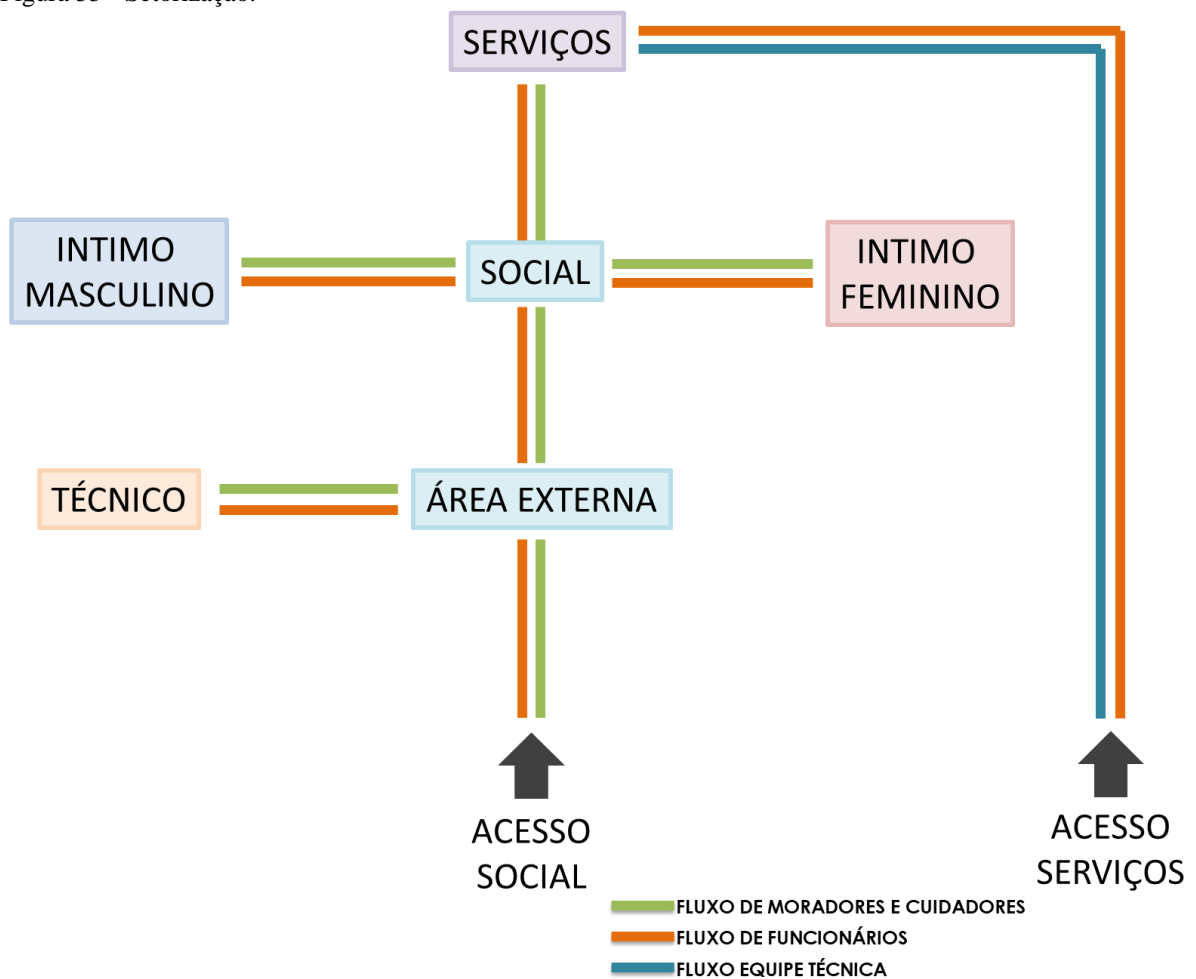
Fonte: O autor.

4.6 Setorização

A entidade deve possuir dois acessos distintos (fig. 55), um social, para moradores e cuidadores e outro acesso de serviços, que será utilizado pelos funcionários e a equipe técnica da assistência social. A área externa integra todos os blocos, contando com espaços de reunião dos acolhidos com a equipe técnica e suas famílias, espaços para brincadeiras, e grandes vazios que possuem inúmeras possibilidades de apropriação.

O organograma e o fluxograma da casa foram pensados de modo a harmonizar as necessidades individuais com as coletivas. Os acessos aos ambientes de uso comum – salas de estar, jantar, estudos, cozinha e brinquedoteca –, e áreas íntimas - dormitórios masculinos e femininos –, se restringe aos funcionários, cuidadores e moradores (fig. 55 e 56). A circulação também é limitada nos espaços técnicos, onde circulam os acolhidos, psicólogos, assistentes sociais e auxiliar de serviços gerais. O motivo foi reduzir ao máximo a sensação de estar em uma unidade institucional, possibilitando a privacidade e o sentimento de lar. Apenas na lavanderia foi previsto o acesso de funcionários, promovendo a facilidade de transporte dos pertences para higienização. O mesmo acesso permite que a cozinha seja abastecida de alimentos e utensílios domésticos, sem a necessidade de os funcionários transitarem pela sala e constranger, mesmo sem intenção, a privacidade dos moradores. A circulação dos funcionários se estende, no máximo, até a sala de estar, considerando os casos em que, por exemplo, a coordenadora ou a psicóloga tiver que conversar com todos os acolhidos. Porém, recomenda-se que isso ocorra somente em último caso e que os diálogos entre a equipe social e crianças aconteçam prioritariamente no bloco técnico.

Figura 55 - Setorização.

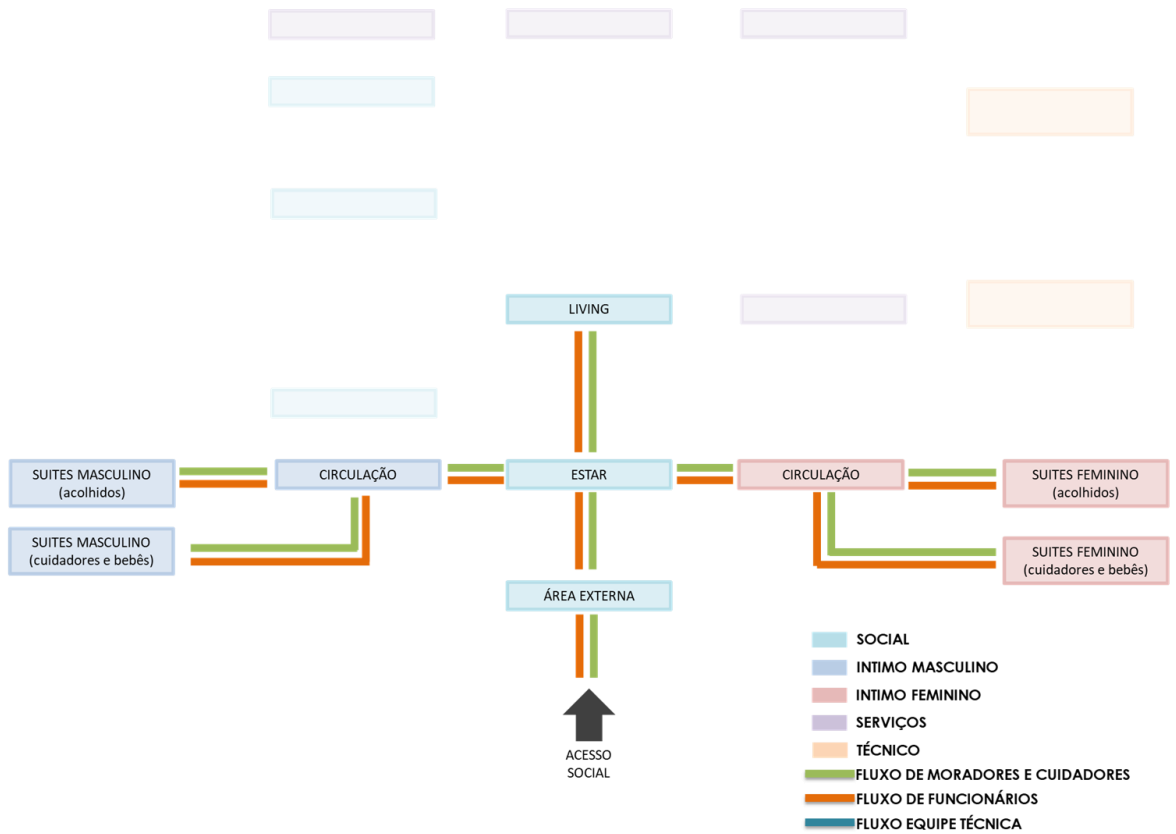


Fonte: O autor (2018).

A residência possui quatro dormitórios masculinos e quatro femininos, podendo ser adaptado para receber até quatro usuários – quando houver grupo de irmãos com esse número –, agrupados pela faixa etária, um de 5 a 10 anos, um de 10 a 15 anos e um de 15 a 18 anos. O dormitório para os cuidadores – um masculino e outro feminino –, acomodará crianças de 0 a 5 anos e com algum tipo de deficiência, por demandarem maior atenção e dedicação. A cada dois dormitórios, há uma instalação sanitária atuando como semi suíte, contribuindo para uma maior praticidade e privacidade dos acolhidos.

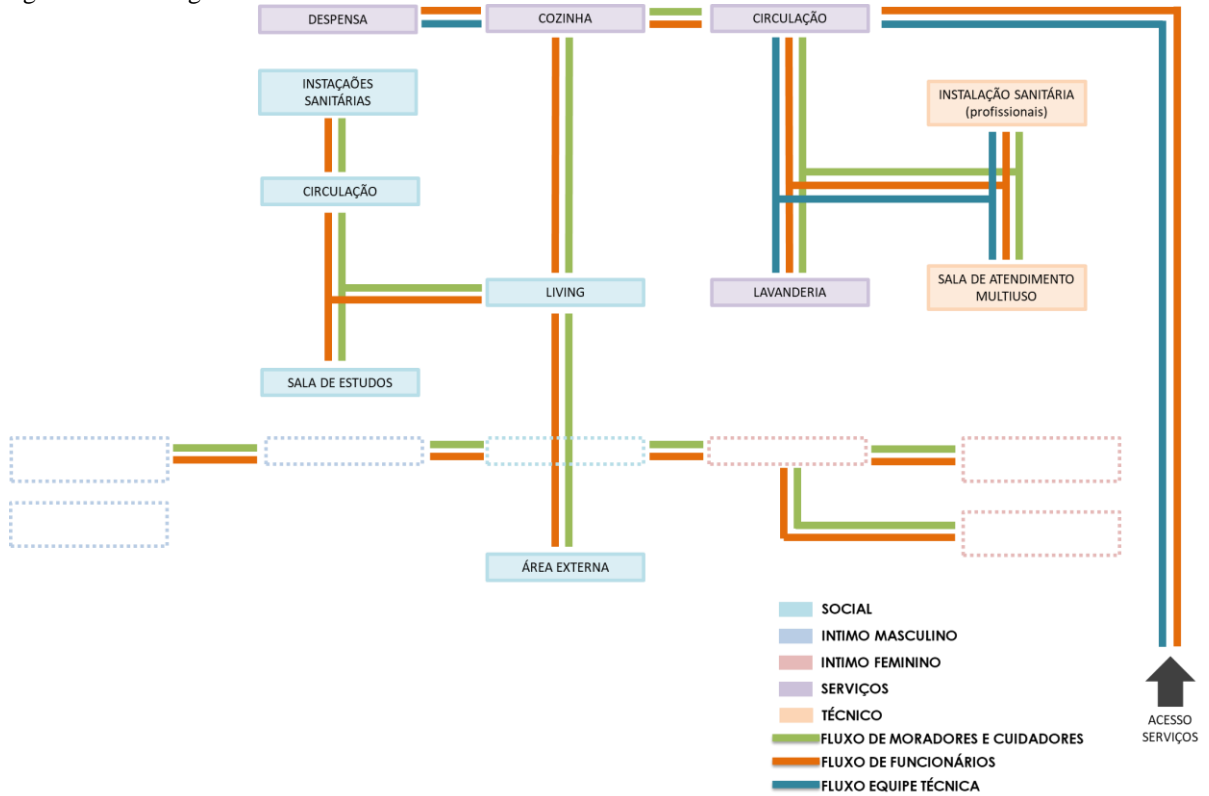
A partir desse estudo preliminar, a concepção do projeto arquitetônico se iniciou e será apresentada no capítulo a seguir.

Figura 56–Fluxograma pavimento térreo



Fonte: O autor (2018).

Figura 57 - Fluxograma subsolo.



Fonte: O autor (2018).

5.0 CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO



5.1 Conceito

Durante muito tempo, as crianças e os adolescentes em vulnerabilidade social foram submetidos a um atendimento despersonalizado, autoritário e estigmatizado, como se não bastasse às inúmeras dificuldades antes do ingresso na instituição. Por outro lado, as falhas do passado devem ser encaradas como lições futuras.

Assim, o funcionamento e a arquitetura das instituições totais devem ser o exemplo do que não repetir, isto é, que o acolhimento ofertado nos antigos recolhimentos, colégios internos e asilos, seja agora uma maior participação dos acolhidos na vida em comunidade. Que a autoridade seja transformada em respeito pelas crenças e opiniões de todos e que o atendimento despersonalizado passe a ser o mais individualizado possível.

Como foi apresentado na fundamentação teórica do presente trabalho, Espaço e Lugar são conceitos distintos, porém que se interligam em diversos pontos. Tudo é espaço até que o homem se identifica com ele e atribui valor, tornando-o um lugar para si.

A arquitetura exerce um importante papel na formação de identidade. Para Gutiérrez (1989), a obra arquitetônica é a confirmação histórica consolidada dos modos de vida do homem. Carrega consigo também, as experiências reunidas de quem a concebeu e a desfrutou ao longo do tempo, tornando-se um documento de modos de vida, usos e valores de uma comunidade.

Ao analisarmos o conceito de identidade encontram-se várias definições. A raiz etimológica da *identitas* latina significa o “o mesmo”, enquanto a matemática a define como “igualdade que se realiza sempre, qualquer que seja o valor das variáveis contidas em sua expressão”.

De acordo com Ramón:

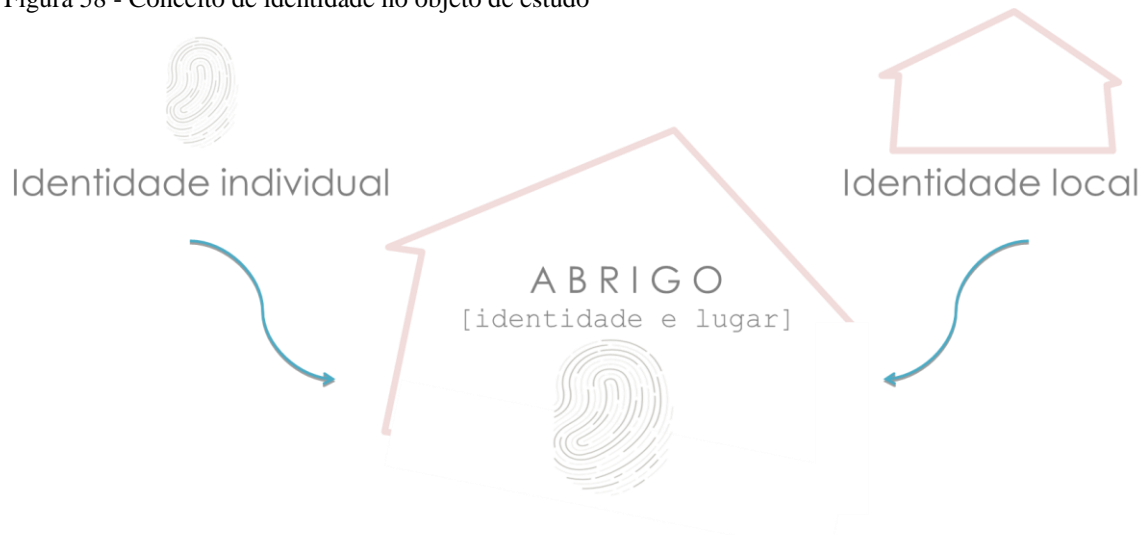
[...] a identidade é definida por algo que diz respeito a todos e pertence a todos, o que implica a relação de ser o mesmo e de manter o reconhecimento através do tempo, apesar da alteração das variáveis. Pertencer, ser parte de algo comum é uma característica essencial de identidade. (GUTIÉRREZ, 1989, p. 18).

Para Anaya (1987), identidade e integração cultural, mais do que sinônimos, constituem-se em etapas de um único processo, que consiste em identificar e reconhecer as qualidades que distinguem fato cultural, para, num momento seguinte, tentar aglutinar essas diferentes entidades num todo coerente.

Sob essa ótica, este trabalho cria seu conceito e partido arquitetônico, que se inspira na identidade local e na impressão da identidade dos acolhidos (fig. 58) no objeto, e na

transformação dos espaços em lugares, em que os usuários se sintam protegidos e assumam como se fossem deles, tornando parte do seu dia-a-dia.

Figura 58 - Conceito de identidade no objeto de estudo

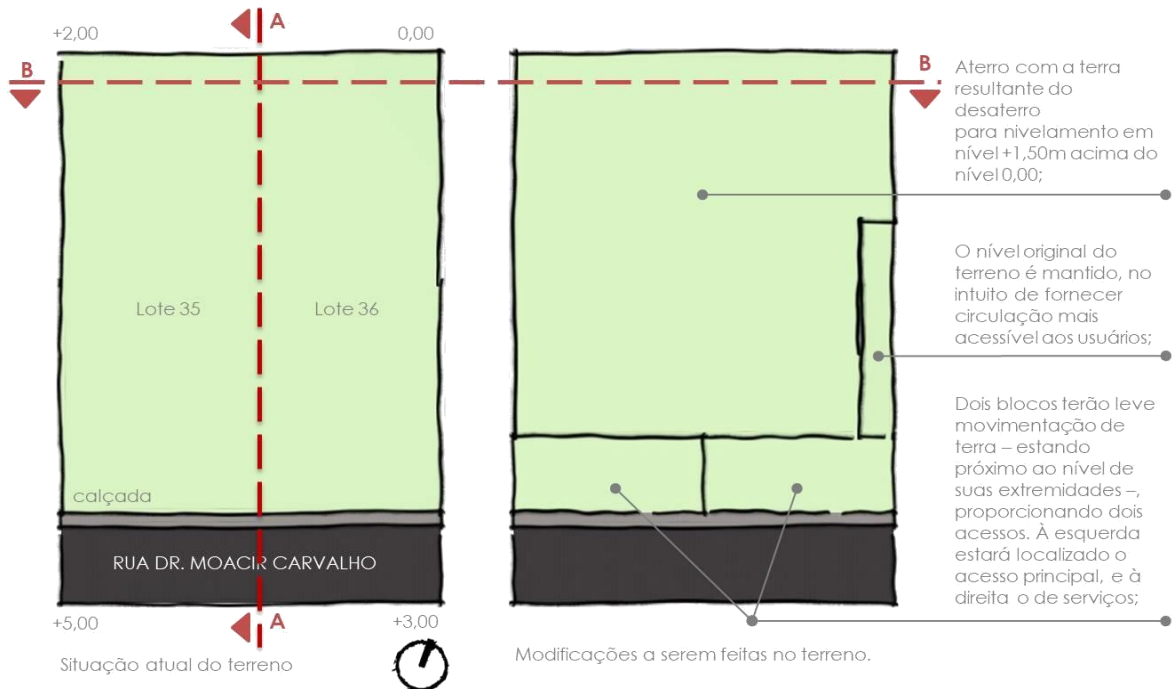


Fonte: O autor (2018).

5.2 Partido Arquitetônico

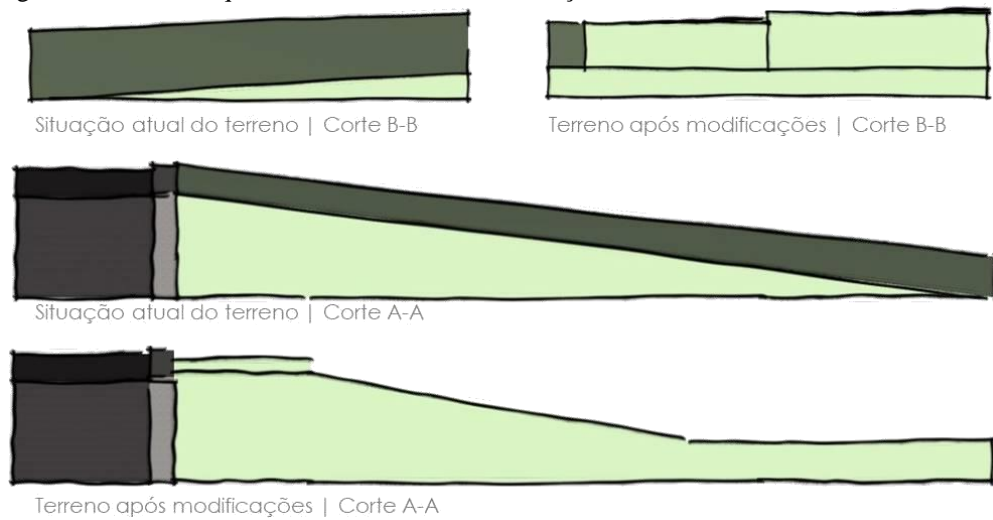
As primeiras definições do projeto começam a partir da análise do terreno e seu entorno. A análise identifica as condicionantes do terreno quanto à insolação, ventilação predominante e vista privilegiada e o projeto toma partido dessas condicionantes para desenvolver sua implantação. As figuras 59e 60 mostram a forma e declive do terreno em sua situação atual e como deverá ser modificado, proporcionando uma situação mais favorável para a implantação.

Figura 59 - Esquema de corte do terreno



Fonte: O autor (2018).

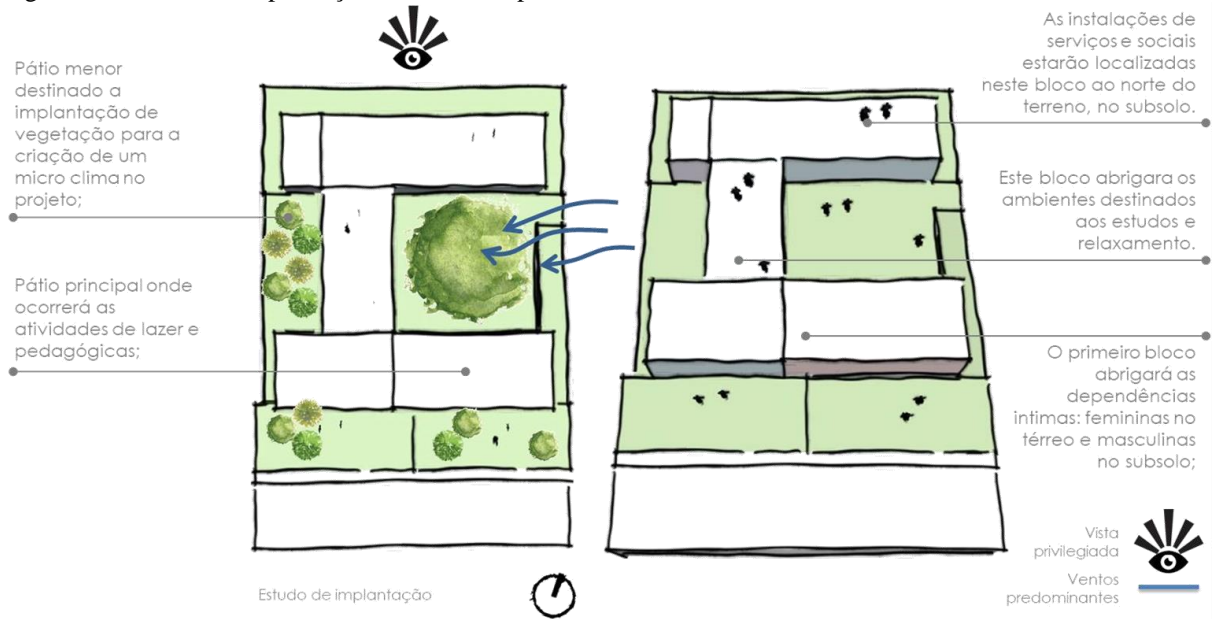
Figura 60 - Cortes esquemáticos ilustram as modificações no terreno



Fonte: O autor (2018).

Dados os aspectos climáticos que interferem no terreno e a identificação da vista privilegiada, foram dispostos blocos com suas funções específicas no terreno (fig. 61), de forma a atender o programa de necessidades elaborado.

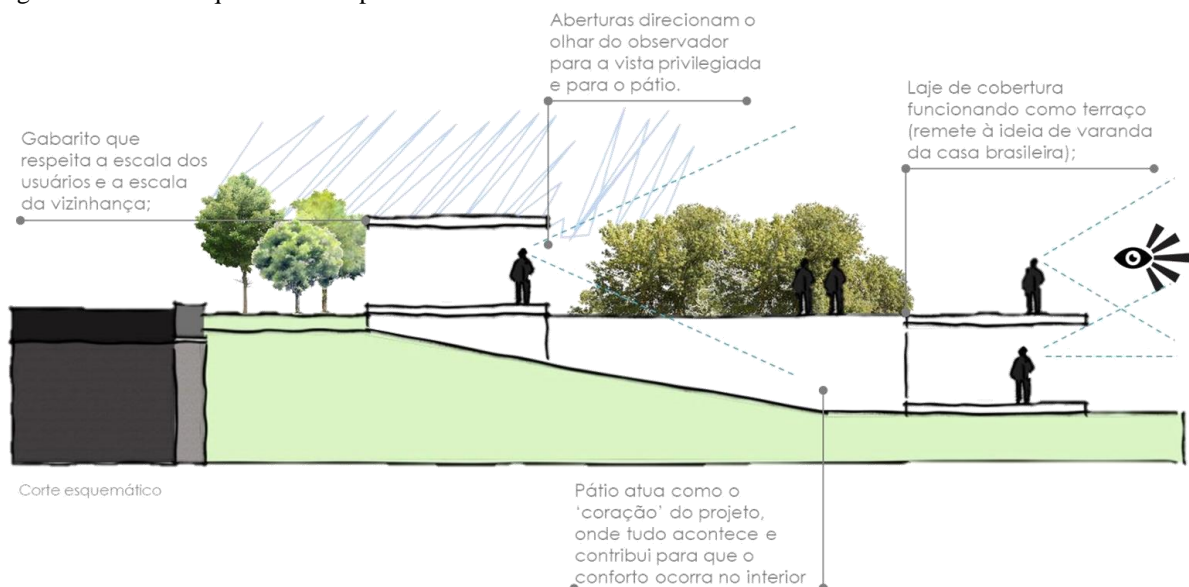
Figura 61 - Estudo de implantação determinado pelas condicionantes



Fonte: O autor (2018).

A implantação ocorre em dois níveis (fig. 62), como foi previsto nas modificações estudadas para o terreno. No acesso da Rua Dr. Moacir Carvalho, foi implantado a área íntima feminina e parte das atividades sociais. As principais atividades da residência ocorrem no subsolo. A decisão desta forma de implantação foi tomada no intuito de garantir e preservar a identidade do entorno imediato, conforme apresentado no diagnóstico. As atividades cotidianas de uma casa, com um número considerável de crianças podem gerar um volume alto de ruídos, atrapalhando a ordem, a garantia do bom convívio e, especificamente neste caso, a aceitação da comunidade quanto à implantação do projeto. A cobertura desses blocos atua como terraços acessados pelo nível térreo.

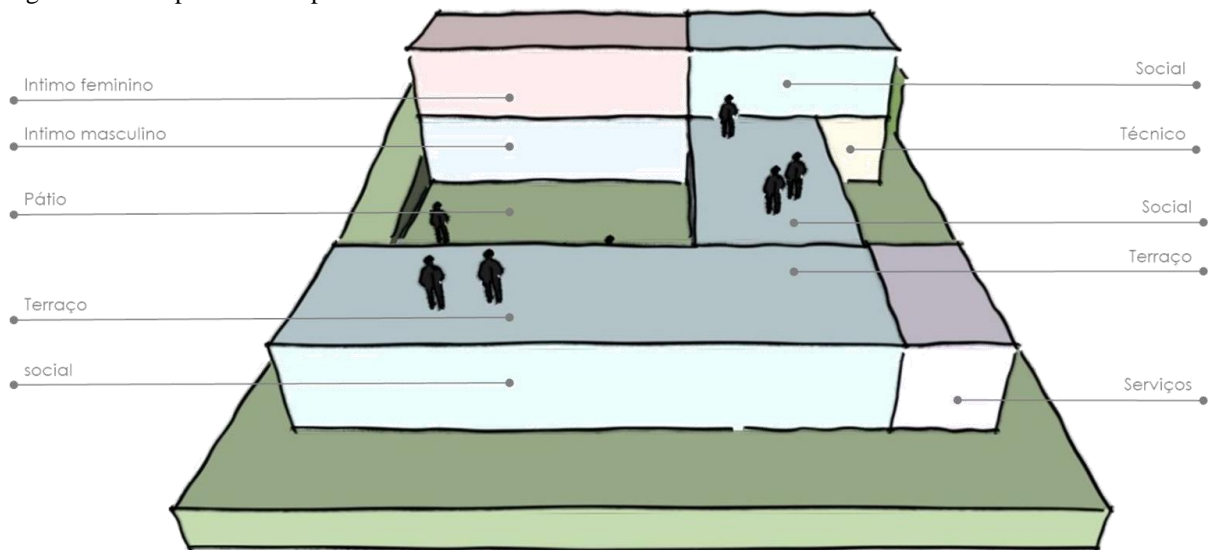
Figura 62 - Corte esquemático do partido



Fonte: O autor (2018).

De modo a garantir a eficiência energética das instalações implantadas no subsolo, foi disposto um pátio, que atua na redistribuição dos ventos predominantes para todas as áreas do projeto. O pátio funcionara também como área destinada às atividades cotidianas – lazer e pedagógicas – e garantir o acesso à área técnica, além de contar com um extrato arbóreo de porte médio de folhagem caduca – atuando como bloqueador no verão e garantindo a passagem dos raios solares no inverno –.

Figura 63 - Perspectiva com posicionamento dos blocos



Fonte: O autor (2018).

De modo a garantir a eficiência energética das instalações implantadas no subsolo, foi disposto um pátio, que atua na redistribuição dos ventos predominantes para todas as áreas do projeto. O pátio funcionara também como área destinada às atividades cotidianas – lazer e pedagógicas – e garantir o acesso à área técnica, além de contar com um extrato arbóreo de porte médio de folhagem caduca – atuando como bloqueador no verão e garantindo a passagem dos raios solares no inverno –.

REFERÊNCIAS



REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- <<http://www.cbm.pe.gov.br/download/normas/coscipe.pdf>>. Acesso em: 25 de abril 2018.
- ANAYA, Gustavo Medeiros. O Caminho para uma identidade já está aberto. Projeto, São Paulo, n. 96, fev. 1987.
- ARCHDAILY. Casa Kisito / Albert Faus. **Archdaily Brasil**, 2015. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/801839/casa-kisito-albert-faus>>. Acesso em: 5 junho 2018.
- ARCHDAILY. Casa Rana / Made in Earth. **Archdaily Brasil**, 2015. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/778446/casa-rana-made-in-earth>>. Acesso em: 5 junho 2018.
- ARCHDAILY. Casa Rana / Made in Earth. **Archdaily Hispanoamérica**, 2015. Disponível em: <<https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/781458/casa-vellore-made-in-earth>>. Acesso em: 5 junho 2018.
- ARCHDAILY. Moradias Infantis / Rosenbaum + Aleph Zero. **Archdaily Brasil**, 2015. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero>>. Acesso em: 5 junho 2018.
- ARPINI, D. M. repensando a Perspectiva Institucional e a Intervenção em Abrigos para Crianças e Adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 1, p. 70-75, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n1/v23n1a10.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRAILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade e a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, p. 148. 2015
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. RELATÓRIO DA RESOLUÇÃO Nº 71/2011. **Um olhar mais atento aos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes no País**. Brasília. 2013.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília. 2009.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. 51. Ed São Paulo: Saraiva. 2014. 488 p. (Coleção Saraiva de Legislação).
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providencias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 maio 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Manual de Instruções, Diretrizes e Procedimentos Operacionais para Contratação e Execução de Programas e Ações da Secretaria Nacional de Assistência Social e Fundo Nacional de Assistência Social**. Brasília, p. 51. 2015.
- BRONFERBRENNER, U. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano**: Experimentos Naturais e Planejados. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 267 p.

CAMPOS-DE-CARVALHO, M. Psicologia ambiental e do desenvolvimento: o espaço em instituições infantis. In: GÜNTHER, H.; PINHEIRO, J. Q.; GUZZO, R. S. L. **Psicologia Ambiental**: Entendendo as relações do homem com seu ambiente. 2ª ver. Ed. Campinas: Alínea, 2006. Cap. IX, p. 181-196.

CARMO DA CACHOEIRA. **Lei nº 422**, de 30 de novembro de 1968. Dispõe sobre o código de obras e dá outras providências. [S.I.]. 1968.

CARMO DA CACHOEIRA. Prefeitura municipal de Carmo da Cachoeira. **História do Município**. Disponível em:

<<https://www.carmodacachoeira.mg.gov.br/portal/servicos/43/Hist%C3%B3ria-do-Munic%C3%ADpio>>. Acesso em: 27 de maio 2018.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. Abrigo para crianças de 0a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p.329-352, set. 2007ª.

CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. F. Apropriação. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. P. 63-69.

CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE (FUNDAÇÃO CASA). A Fundação: História. **Fundação Casa**, 2010. Disponível em:

<<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?title=a-fundacao-historia&d=83>>. Acesso em: 26 maio 2018.

CÓDIGO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO PARA O ESTADO DE DEL RIO, V. Integrando a Psicologia e a Arquitetura e Urbanismo por meio do Projeto. In: DEL RIO, V.; DURTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. **Projeto do Lugar**: Colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002, p. 203-210.

FELIPPE, M. L. Casa: uma poética da terceira pele. **Psicologia e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 299-308, 2010.

Gili, 2009.

GUTIÉRREZ, Ramón. Arquitetura latino-americana. São Paulo: Nobel, 1989.

HERTZBERGER, H. **Lições de Arquitetura**. Tradução de Carlos Eduardo Lima Machado. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE Cidades: Carmo da Cachoeira. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carmo-da-cachoeira/panorama>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

JAUCZURA, R. Abrigo para crianças e adolescentes como medida de proteção: uma controvérsia. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 12, n. 1, p. 99-106, jan./jun. 2008.

LUVIZARO, N. A.; GALHEIGO, S. M. Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 22, n. 2, p. 191-199, maio/ago. 2011.

MANTILLA, R. S. R. **Arquitetura – Jogo – Percepção. A casa como elemento lúdico**. 2011, p.169 Dissertação (Mestrado em Design e Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006, p.331.

MELLO, S. G. O ambiente físico no qual vivem crianças e adolescentes em situação de abrigo. In: IPEA; CONANDA. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. Cap. 5, p. 135-166.

MINAS GERAIS. Disponível em:

MOSER, G. Psicologia Ambiental. Estudos de Psicologia, v. 3, n. 1, p. 121-130, 1998.

MOURÃO, A. R.T.; CAVALCANTE, S. Identidade do Lugar. In: CAVALCANTE, S.;

ELALI, G. A. (Org.) **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 208-2016.

NEUFERT, Ernest. **Arte de projetar em arquitetura**. 18ª Ed. - São Paulo: Editora Gustavo

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 24ª. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

REIS –ALVES, L. A. D. Arqutextos. O conceito de lugar. **Vitruvius**, 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/08.087/225>> Acesso em: 8 jun. 2018

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ª. rev. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.335.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro; São Paulo: PUC-Rio; Loyola, 2004. p. 96.

ROSSETI-FERREIRA, M. C. et al. Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 390-399, 2012.

SAVI, A. E. **Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. 2008. p. 180. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 71-80, jan./abril 2006.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VECTORE, C.; CARVALHO, C. Um olhar sobre o abrigamento: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 2, p. 441-449, jul./dez. 2008.

YUNES, M. A. M.; MIRANDA, A. T.; CUELLO, S. E. S. Um olhar Ecológico para os Riscos e as Oportunidades de Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes Institucionalizados. In: KOLLER, S. H. **Ecologia do Desenvolvimento Humano: Pesquisa e Intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. Cap. XVIII, p. 197-218

ZICK, Greicimára S. N. OS FATORES AMBIENTAIS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL. **Revista de Educação do IDEAU**, Erechim-RS, volume 5, nº 11, 2010.

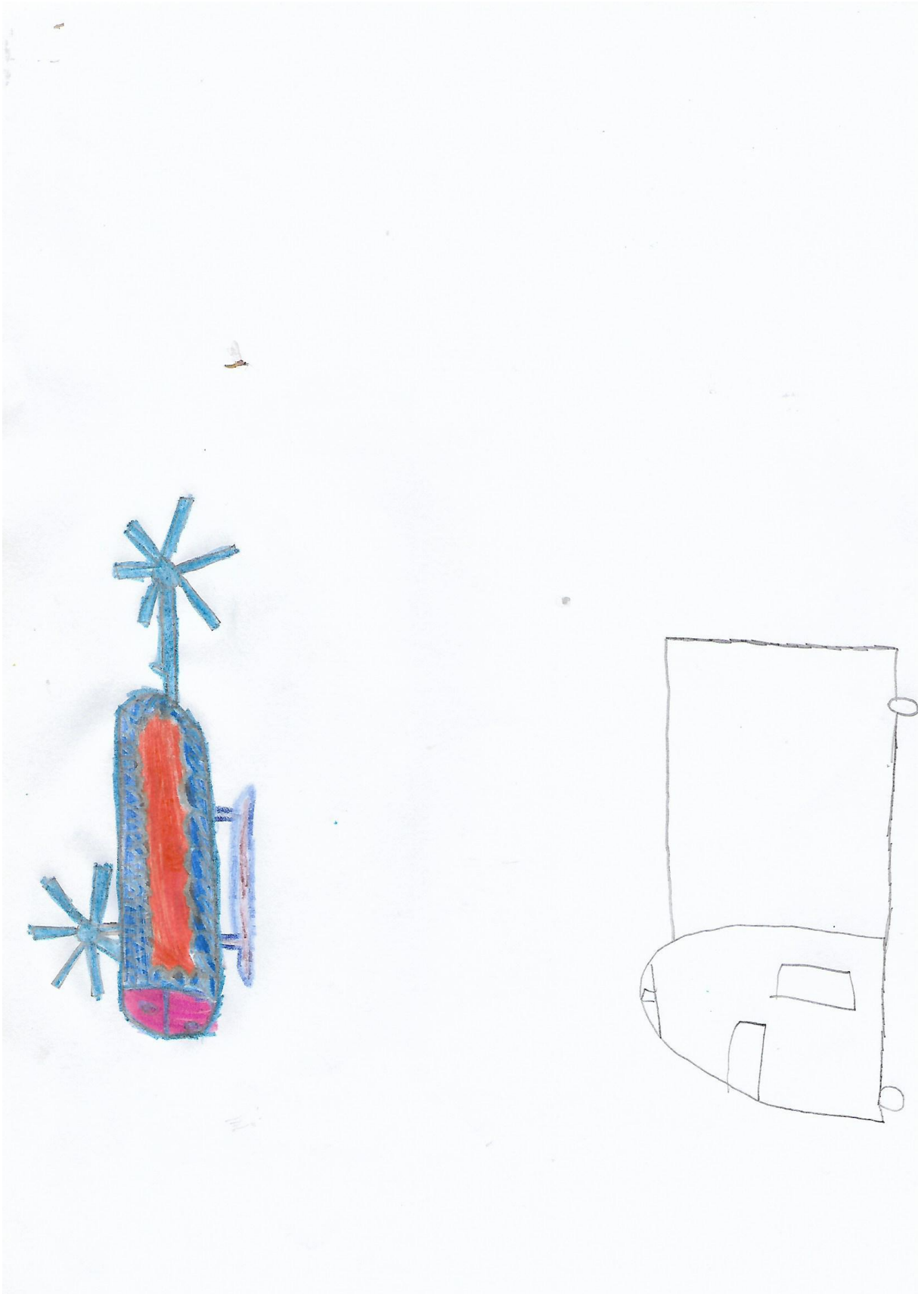
ANEXOS



ANEXO A

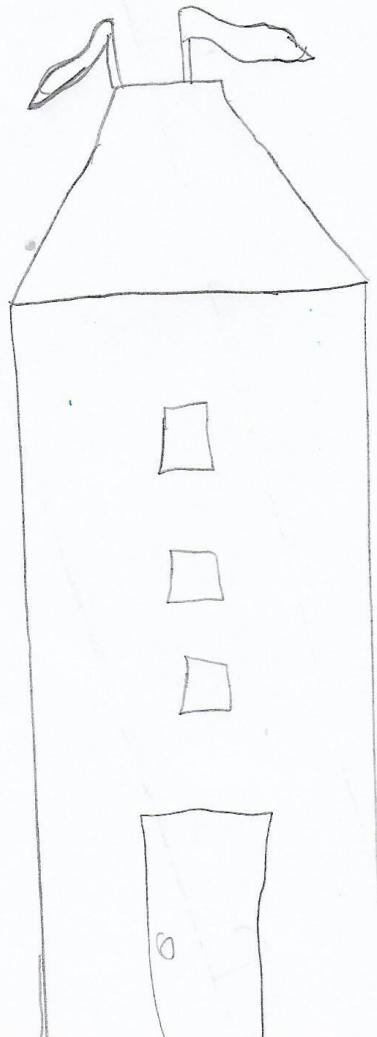


ANEXO B



ANEXO C

PLINIO - ONDE EU QUERIA MORAR;



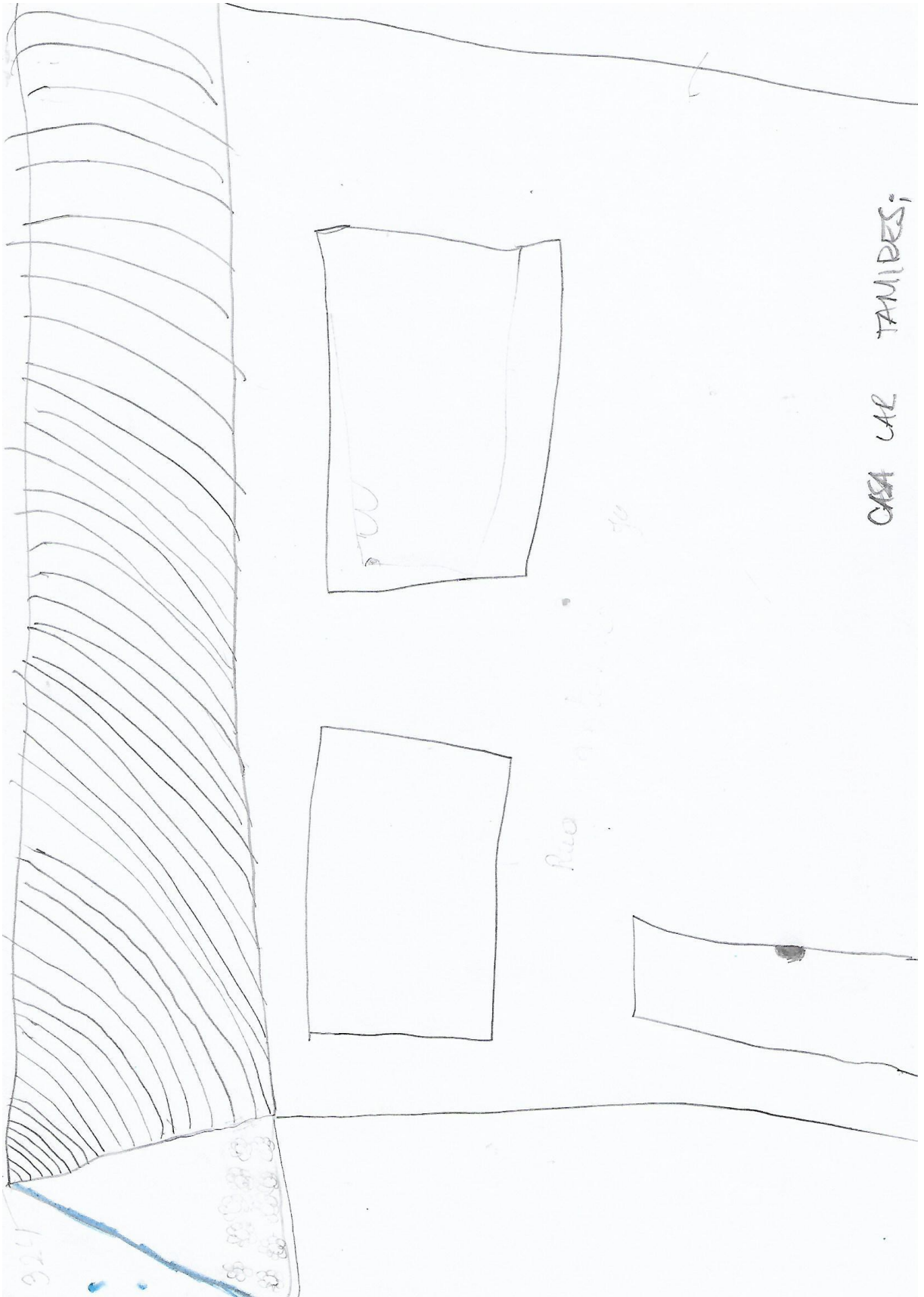
ANEXO D

A Onde eu queria Morar

Eu queria morar na casa de uma pessoa
muito especial por que na casa das meninas
Regular porque eu acho que eu estou sofrendo
muito ~~eu estou sofrendo a casa~~

Clímia Paulo Rios da Silva

ANEXO E



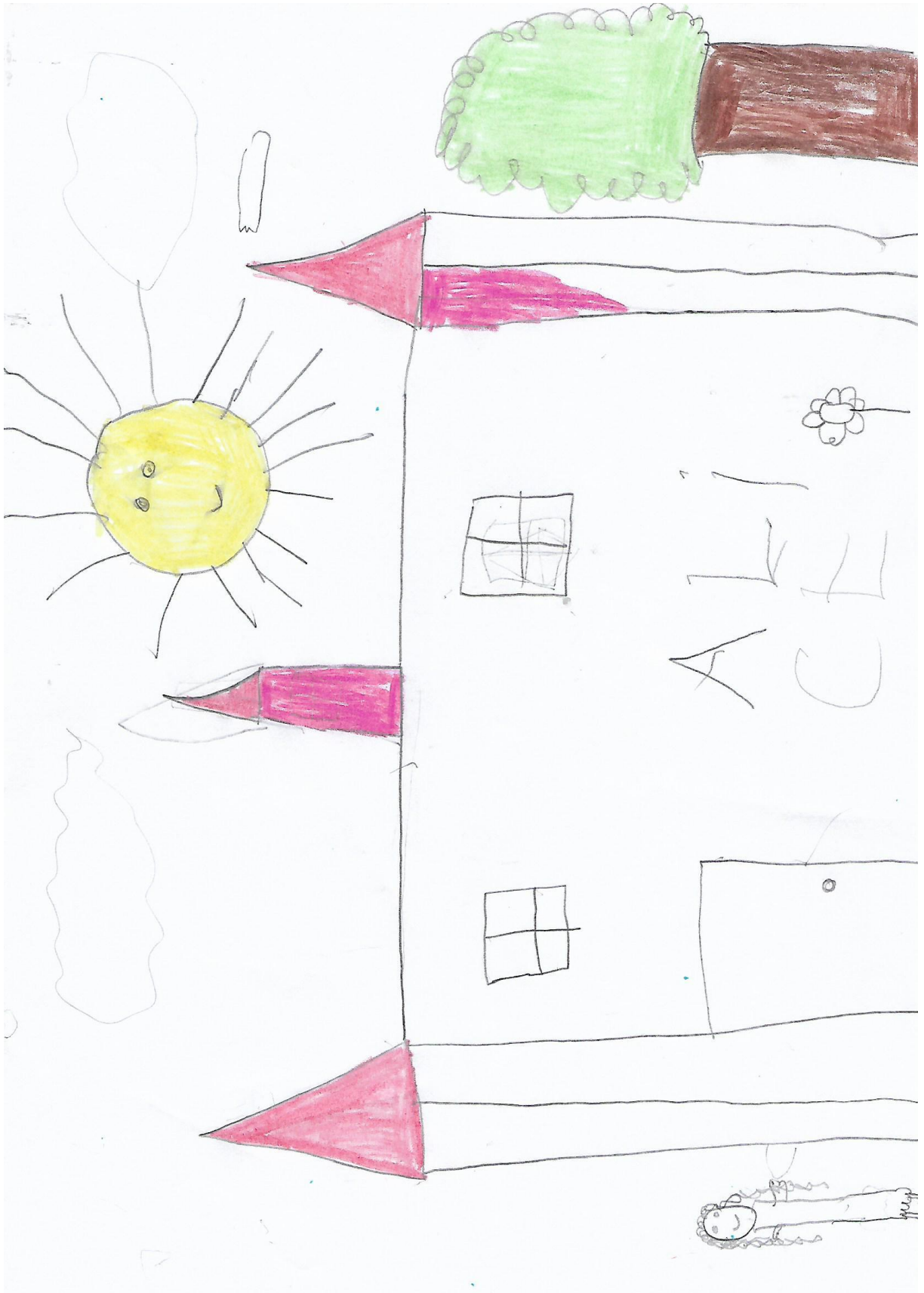
ANEXO F



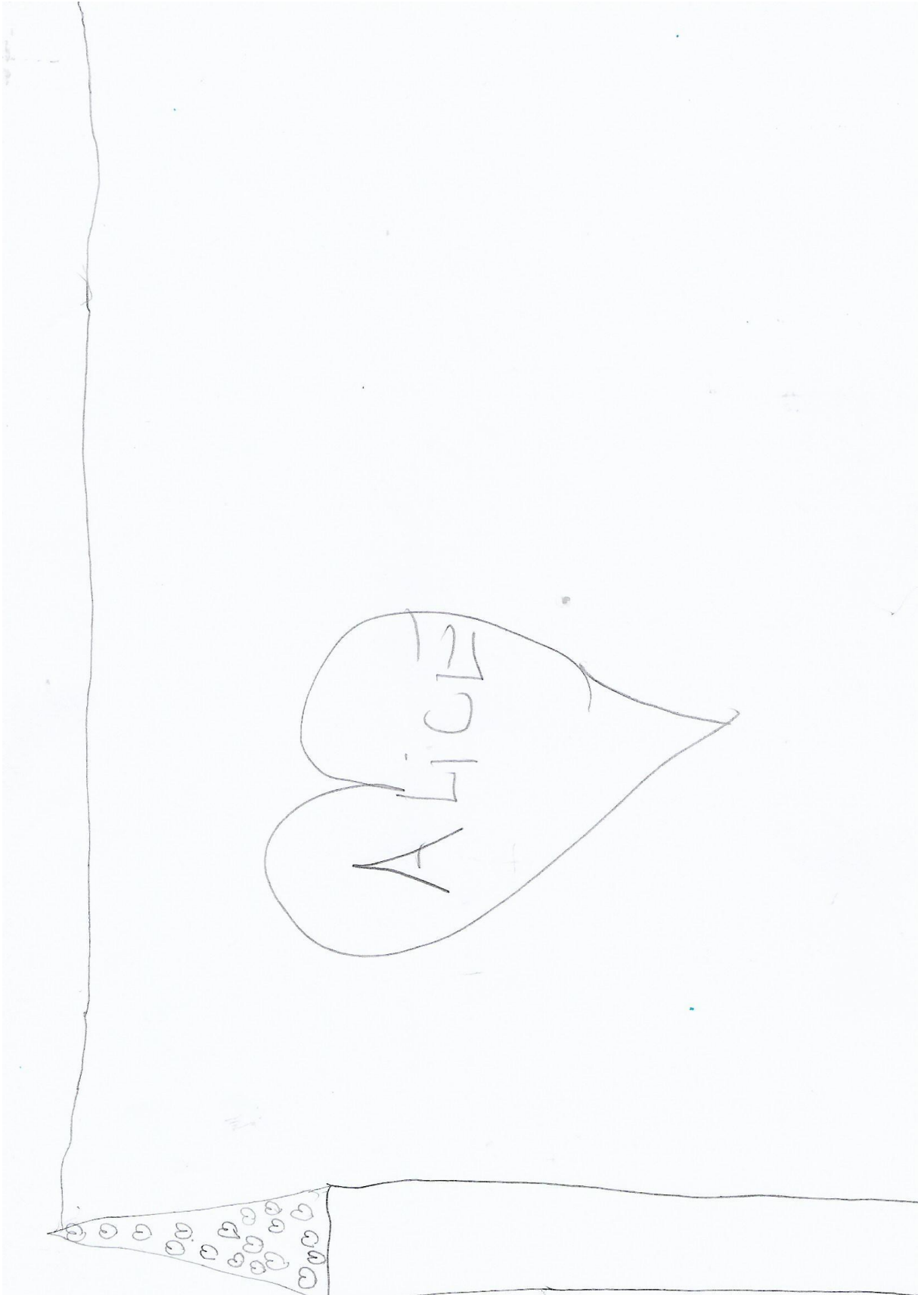
ANEXO G



ANEXO H



ANEXO I



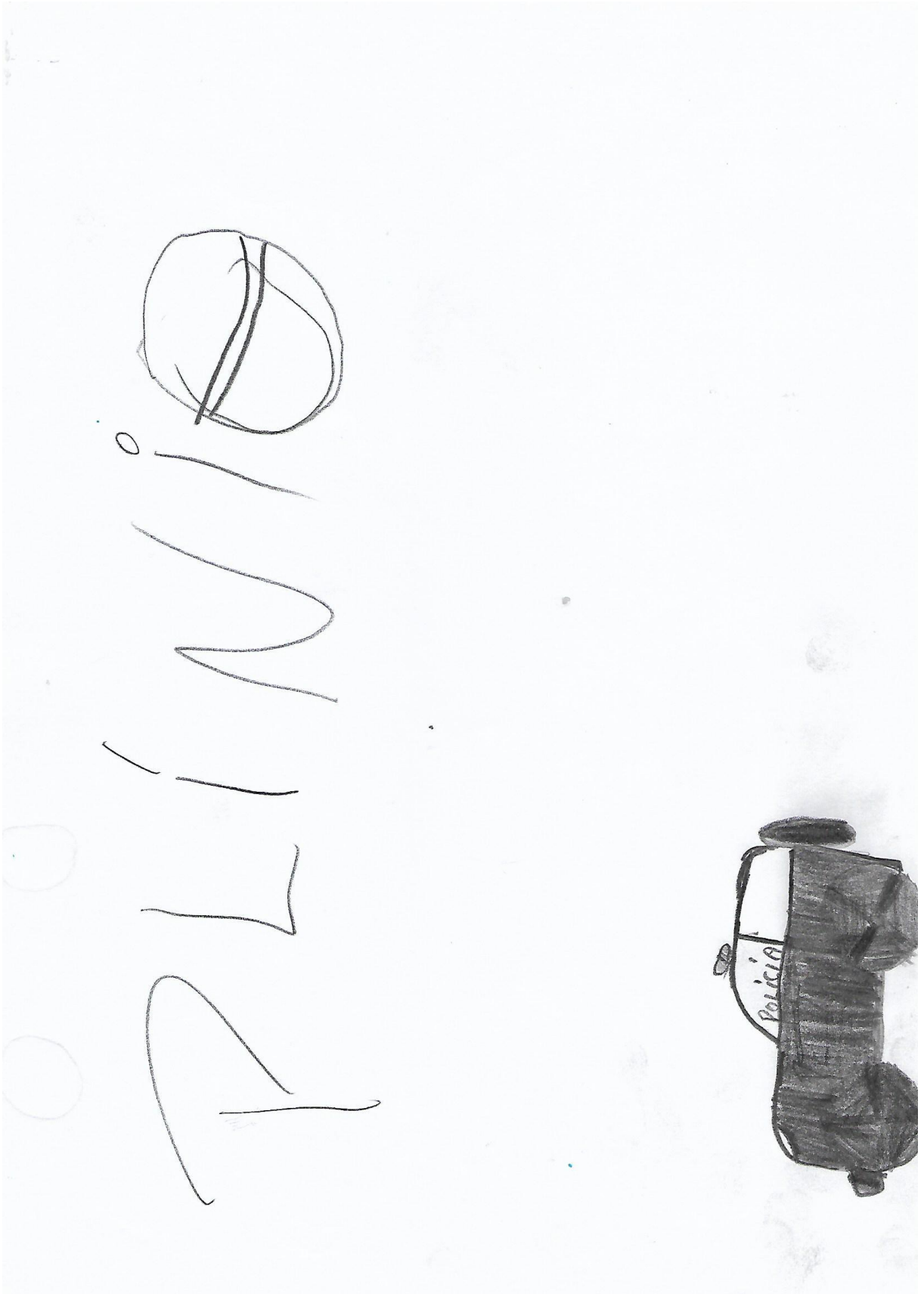
ANEXO J



ANEXO K



ANEXO L



ANEXO M – Relatório com a quantidade de acolhidos separados por sexo e faixa etária.
Cortesia da Assistência Social de Carmo da Cachoeira/MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RUA DOM INOCÊNCIO, 558 – CEP: 37.225-000 – TEL: (35) 3225-1627
ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ – 18.240.135/0001-90

Carmo da Cachoeira, 02 de Maio de 2018.

Levantamento referente aos acolhidos na instituição Casa Lar

Número de abrigados: 14 crianças/adolescentes

Faixa etária:

- 0 a 12: 8 acolhidos (2 homens e 6 mulheres)
- 12 a 17: 6 acolhidos (5 homens e 1 mulher)

Adolescentes com previsão de saída: 2 acolhidos (homens)

Douglas Henrique Rosa
Ass. Municipal de Habitação, Promoção e Assistência Social

Douglas Henrique Rosa

Coordenador

ANEXO N – Espelho com informações do lote 035 em posse da Prefeitura Municipal de Carmo da Cachoeira/MG.

MUNICÍPIO DE CARMO DA CACHOEIRA - (35) 3225-1211

Emissão 02/05/2018



MUNICÍPIO DE CARMO DA CACHOEIRA
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Boletim do Cadastro Imobiliário - BCI

Dados Gerais

INSCRIÇÃO / REDUZIDO 01.01.034.0299.001 - ANTERIOR: 0 / 786
 PROPRIETÁRIO 985 - MUNICÍPIO DE CARMO DA CACHOEIRA
 CPF/CNPJ - TELEFONE 18.240.135/0001-90 - Nº TELEFONE
 ENDEREÇO PROPRIET. RUA DR. VEIGA LIMA, Nº582, CENTRO - CARMO DA CACHOEIRA/MG
 IMÓVEL BAIXADO 0 - NÃO
 TIPO IMÓVEL 2 - TERRITORIAL
 IMÓVEL ENLOBADO NÃO ENLOBADO
 IMUNE / ISENTO IPTU 30 - ISENTO
 ISENTO TAXAS 20 - SIM

Foto não disponível.

Localização do Imóvel

LOGRADOURO 29 - RUA DR. MOACIR CARVALHO
 BAIRRO CENTRO
 COMPLEMENTO
 EDIFÍCIO
 MUNICÍPIO / UF CARMO DA CACHOEIRA / MG

NÚMERO SN
 LOTEAMENTO
 QUADRA/LOTE 00 / 35
 APTO / SALA
 NÚMERO CEP 0

Endereço de Correspondência

LOGRADOURO
 BAIRRO
 COMPLEMENTO

NÚMERO
 NÚMERO CEP
 MUNICÍPIO / UF /

Informações do Lote

ÁREA DO LOTE 376,00 m²
 ANO AQUISIÇÃO 0
 PROFUNDIDADE 0,00 m
 LIMITAÇÃO 18 - NAO

CARACTERÍSTICAS DO LOTE

TOPOGRAFIA	48 - IRREGULAR	SITUAÇÃO	16 - MEIO DE QUADRA
PEDOLOGIA	29 - FIRME	PATRIMÔNIO	12 - PÚBLICO
OCUPAÇÃO	15 - NÃO CONSTRUIDO	FATOR LOTE	0,8000

Valores Para Cálculo

VL. VENAL TERRENO 2.179,45
 VL. VENAL EDIFICAÇÃO 0,00

VENAL INFORMADO 941,96
 VL. VENAL UNIDADE 2.179,45

EXERCÍCIO VENAL 2018
 CATEGORIA VENAL 0

ALÍQUOTA 5,00 %

Testadas do Imóvel

CÓD - LOGRADOURO	LADO	SEÇÃO	MEDIDA	BASE MONETÁRIA
00029 - DR. MOACIR CARVALHO	ESQUERDO	250E	12,00 m	7,2455

1 DANIELA A. ROQUIM - 02/05/2018 00:00

ANEXO O - Espelho com informações do lote 036 em posse da Prefeitura Municipal de Carmo da Cachoeira/MG.

MUNICÍPIO DE CARMO DA CACHOEIRA - (35) 3225-1211

Emissão 02/05/2018



MUNICÍPIO DE CARMO DA CACHOEIRA
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Boletim do Cadastro Imobiliário - BCI

Dados Gerais

INSCRIÇÃO / REDUZIDO 01.01.034.0311.001 - ANTERIOR: 0 / 787
 PROPRIETÁRIO 985 - MUNICÍPIO DE CARMO DA CACHOEIRA
 CPF/CNPJ - TELEFONE 18.240.135/0001-90 - Nº TELEFONE
 ENDEREÇO PROPRIET. RUA DR. VEIGA LIMA, Nº582, CENTRO - CARMO DA CACHOEIRA/MG
 IMÓVEL BAIXADO 0 - NÃO
 TIPO IMÓVEL 2 - TERRITORIAL
 IMÓVEL ENLOBADO NÃO ENLOBADO
 IMUNE / ISENTO IPTU 30 - ISENTO
 ISENTO TAXAS 20 - SIM

Foto não disponível.

Localização do Imóvel

LOGRADOURO 29 - RUA DR. MOACIR CARVALHO
 BAIRRO CENTRO
 COMPLEMENTO
 EDIFÍCIO
 MUNICÍPIO / UF CARMO DA CACHOEIRA / MG

NÚMERO SN
 LOTEAMENTO
 QUADRA/LOTE 00 / 36
 APTO / SALA
 NÚMERO CEP 0

Endereço de Correspondência

LOGRADOURO
 BAIRRO
 COMPLEMENTO

NÚMERO
 NÚMERO CEP
 MUNICÍPIO / UF /

Informações do Lote

ÁREA DO LOTE 376,00 m²
 ANO AQUISIÇÃO 0
 PROFUNDIDADE 0,00 m
 LIMITAÇÃO 18 - NAO

CARACTERÍSTICAS DO LOTE

TOPOGRAFIA	48 - IRREGULAR	SITUAÇÃO	16 - MEIO DE QUADRA
PEDOLOGIA	29 - FIRME	PATRIMÔNIO	12 - PÚBLICO
OCUPAÇÃO	15 - NÃO CONSTRUÍDO	FATOR LOTE	0,8000

Valores Para Cálculo

VL. VENAL TERRENO 2.179,45
 VL. VENAL EDIFICAÇÃO 0,00

VENAL INFORMADO 941,96
 VL. VENAL UNIDADE 2.179,45

EXERCÍCIO VENAL 2018
 CATEGORIA VENAL 0

ALÍQUOTA 5,00 %

Testadas do Imóvel

CÓD - LOGRADOURO	LADO	SEÇÃO	MEDIDA	BASE MONETÁRIA
00029 - DR. MOACIR CARVALHO	ESQUERDO	250E	12,60 m	7,2455

1 DANIELA A. ROQUIM - 02/05/2018 00:00

“[...] Embora eu não seja rei, Decreto,
neste país, Que toda, toda criança
Tem direito a ser feliz!”

Ruth Rocha.



ABRIGO

[identidade e lugar]

Trabalho de Conclusão de Curso
Arquitetura e Urbanismo – Unis MG
Hugo Cesar Vilela Freire
Varginha, 2018